



Anais da Assembléia

N. 138

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 118.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1987.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausente o Senhor Deputado Pedro Tonelli (01). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Rogério Carvalho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 121/87

Curitiba, 20 de novembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segu-

rança Pública e os Municípios de Barracão, em 15.09.87, Francisco Beltrão, em 13.10.87; Guarapuava, em 28.08.87; e Rolândia em 10.08.87, objetivando a construção de unidades policiais militares e, ainda, cópias de convênios celebrados com os Municípios de Grandes Rios, em 04.09.87, e Guaraniaguá, em 04.09.87, objetivando construção de prédios para Delegacias de Polícia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 122/87

Curitiba, 20 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Termos Aditivos datados de 14 de agosto de 1987, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Colombo, Cruzeiro do Oeste e Sarandi, objetivando conclusão da construção de Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas e, ainda, cópia do Termo Aditivo datado de 19 de agosto de 1987, a Convênio celebrado para igual objetivo, com o Município de Wenceslau Braz.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 123/87

Curitiba, 23 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa ma-

jorar, a partir de 1º de janeiro de 1988, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 1887/87, firmada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, a mim nesta data dirigida, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à oportunidade e elevado significado da medida que ora encaminho ao exame dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

Of. nº 1.887/87-GS

Exposição de Motivos

Curitiba, de novembro de 1987.

Assunto: Fixação de Vencimentos para o funcionalismo em geral a partir de 1º de janeiro de 1988.

Senhor Governador:

1. A data-base para reajuste de vencimentos dos funcionários civis e militares do Estado, é 1º de janeiro, cabendo a Vossa Excelência, em face de preceito constitucional, tomar a iniciativa da proposta de lei à Colenda Assembléia Legislativa do Estado.

2. Esta Secretaria, realizou os necessários estudos de viabilidade, com vistas a estabelecer um plano justo de revisão dos atuais vencimentos, enfocando sempre a necessidade de distribuir o recurso para esse fim disponível, de forma que fossem alcançadas, por índices de aumento mais substanciais, às categorias de servidores de renda mais baixa.

3. Nessa linha de trabalho foi elaborada a minuta de Anteprojeto de Lei, que vai em anexo, a qual em princípio não se afasta muito, em forma e conteúdo, das anteriores leis de reajuste geral de vencimentos e abrange a universalidade dos funcionários da administração direta e autárquica do Poder Executivo e de outros Poderes. Além disso é revisto o valor do Salário Família e, por terem ficado com um valor reconhecidamente inexpressivo, previu-se um reajuste superior a duzentos por cento, sobre o valor percebido em dezembro, para as

pensões especiais pagas às viúvas e dependentes de funcionários que faleceram antes da criação do Instituto de Previdência do Estado, expedicionários ou suas viúvas, hansenianos que não preencheram os requisitos da nova Lei e pensões instituídas nominalmente, num total de 4.202 pensões.

4. Em especial, a proposta de lei trata dos integrantes do Quadro do Magistério, da Polícia Militar e da Coordenação da Receita do Estado.

5. Quanto aos ocupantes do cargo de Professor, PA-1, a Lei nº 8.427, de 11 de dezembro de 1986, estabeleceu que o seu vencimento deverá corresponder a três vezes o valor do salário mínimo. Esse critério, na prática, beneficiou inicialmente os professores entretanto, com o novo tratamento dado ao antigo salário mínimo, pela legislação federal, essa categoria de funcionários deveria ter, no próximo ano, reajustes em datas diferentes e em percentuais possivelmente menores do que os estabelecidos nesta proposta para o funcionalismo em geral. Em vista disso, foi inserido no Plano de Lei um artigo que assegura um mínimo de três vezes o valor do Salário Mínimo de referência para o cargo de Professor PA-1, nas futuras datas-bases de reajuste dos servidores do Estado. Com isso, antecipada a data-base para janeiro, os aumentos a serem concedidos ao pessoal do Magistério, seguirão a mesma política salarial adotada pela administração, respeitado, nas oportunidades, professores um tratamento remuneratório semelhante ao que foi concedido ao funcionalismo neste exercício, a título de antecipações salariais, gatilhos e URP, o texto de lei proposto contempla-os com um aumento de 7,61%, a vigorar ainda no mês de dezembro do ano em curso, cujo valor incorporado serviu de base para o cálculo e fixação de vencimentos das respectivas tabelas a vigorarem em janeiro e que integram os anexos ao anteprojeto proposto.

6. Para os servidores militares, está sendo restabelecido o pagamento da gratificação pelo efetivo exercício com risco de vida, que havia sido extinta. A atividade policial militar é, inegavelmente, desempenhada com evidente risco, gerando, por esse fato, a necessidade de reimplantar-se o pagamento correspondente, o qual se pretende com o texto incluído nesta proposta de lei. Tratamento igual está sendo deferido aos integrantes do Quadro da Polícia Civil, mediante anteprojeto de lei complementar que deverá ser encaminhado a Vossa Excelência juntamente com esta proposta.

7. Da mesma forma foi estudada e faz parte da minuta anexa, uma revisão dos fato-

res que indicam os vencimentos da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, visando diminuir a diferença de vencimentos atualmente existente entre os diversos níveis e referências da carreira em objeto.

8. Outra classe que mereceu uma atenção especial, para a fixação dos respectivos vencimentos, foi aquela constituída pelos integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo. O critério adotado neste caso, teve em vista que por vários anos esses servidores não receberam benefícios isolados ou de maior abrangência. E são justamente esses os funcionários que, na maioria, desempenham suas funções nos diversos setores da administração direta e autárquica. No curso do tempo, a referida categoria só teve os reajustes corretivos, sem qualquer aumento de ganho real, ficando desse modo defasados em relação aos funcionários que integram os demais quadros de pessoal. Na fixação de vencimentos, pelos motivos acima foi adotado um índice médio de 108% calculado sobre os valores percebidos no mês de dezembro. Esse mesmo tratamento será adotado para a elaboração da tabela de salários do pessoal da administração direta e autárquica, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

9. Entre os assuntos tratados na proposta de lei em referência, foi inserido, também, um dispositivo que visa antecipar os pagamentos do crédito residual relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 1988, cujos índices são, em cada mês, 1,51%, e já vão incluídos no cômputo do cálculo do qual resultaram os valores de vencimentos que compõem as diversas tabelas já mencionadas.

10. Sendo ainda desconhecido o índice da Unidade de Referência de Preços- URP, para o mês de dezembro, nos cálculos realizados, foi tomado por parâmetro o índice de 10%, como somatório das URP e do Crédito residual. Para compensar uma eventual deficiência, pelos órgãos competentes, de índice superior ao aplicado, foi introduzido na proposta um artigo assegurando aos servidores a possível diferença, a ser paga juntamente com a URP de fevereiro de 1988.

11. Para se ter uma idéia quantitativa e qualitativa dos servidores que terão seus vencimentos ou salários fixados por esta Lei, é oportuno lembrar que do conjunto de 135 mil servidores beneficiados, 40 mil são servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e estatutários que integram o Quadro Geral, 22 mil e 500 são policiais civis e militares os quais além do reajuste, terão implantados em seus vencimentos a gratificação por risco de vida, e 63 mil são integrantes do Magistério

os quais além da antecipação da data-base de março para janeiro, deverão receber mês de dezembro deste ano, um reajuste de 7,61%.

12. Esta Secretaria de Estado, solidária com a sensibilidade de Vossa Excelência no trato dos assuntos voltados para o interesse social, dedicou a máxima atenção e desenvolveu todos os seus esforços no sentido de compatibilizar os índices de reajuste com os limites de recursos alocados para este fim. Na busca da solução mais justa, entre as várias alternativas oferecidas e diante de um panorama relativamente heterogêneo, tanto em termos salariais quanto funcionais, onde é grande a diferença entre a menor e a maior remuneração, optamos pelo critério diferenciado com o intuito de conceder um índice mais elevado de reajuste para os servidores de menores vencimentos, sem deixar, entretanto, de atender razoavelmente as categorias de funcionários de vencimentos mais elevados.

13. Com esses esclarecimentos, temos a honra de submeter à elevada apreciação e encaminhamento de Vossa Excelência, a inclusa minuta de Anteprojeto de Lei que fixa os vencimentos dos funcionários do Estado a partir de 1º de janeiro de 1988.

Atenciosamente

(a) DEPUTADO MÁRIO PEREIRA
Secretário de Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1º de janeiro de 1988, de acordo com os valores constantes dos Anexos.

Art. 2º - O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionário por dependente legal fica fixado em Cz\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro cruzados).

Art. 3º - O valor mensal das pensões especiais de que trata o artigo 3º da Lei nº 8.434, de 24 de dezembro de 1986, fica fixado em Cz\$ 2.740,00 (dois mil, setecentos e quarenta cruzados).

Art. 4º - A gratificação de produtividade, de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.434/86, fica com seus valores acrescidos de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da mesma gratificação paga no mês de dezembro.

Art. 5º - O vencimento mensal dos car-

gos em Comissão de Secretário de Estado, Chefes da Casa Civil e Militar e de Procurador Geral do Estado, ficam fixados em Cr\$ 67.624,94 (sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzados e noventa e quatro centavos).

Art. 6º - Os vencimentos dos cargos não abrangidos especialmente pelas Tabelas anexas à presente Lei e os dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, ficam com seus valores atuais acrescidos de 40% (quarenta por cento) sobre os vigentes em dezembro de 1987.

Art. 7º - O artigo 1º, da Lei nº 8.427, de 11 de dezembro de 1986, mantido o disposto no seu parágrafo primeiro, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, não poderá ser inferior ao valor de três vezes o salário mínimo de referência, nas datas-bases de reajuste geral de vencimentos dos servidores públicos deste Estado".

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos do Quadro Próprio do Magistério, bem como dos cargos de outros Quadros para os quais os vencimentos em referência servem de base para sua fixação ficam reajustados em 7,61% (sete ponto sessenta e um por cento), a partir de 1º de dezembro de 1987, além do reajuste pelo Índice da Unidade de Referência de Preços - URP.

Parágrafo Único - O valor correspondente ao percentual de reajuste estabelecido no caput deste artigo, já está incorporado aos vencimentos constantes das respectivas tabelas anexas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 9º - Fica incluído no art. 14 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, um inciso "4", um § 1º e um § 2º com as seguintes redações:

"4"- Gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, calculada na base de 1/3 (um terço) do valor do sol-

do acrescidos dos adicionais por tempo de serviço".

§ 1º - A gratificação pelo exercício com risco de vida não será paga ao servidor policial militar que estiver afastado de suas funções ou acumulando cargos, funções, ou perceber qualquer vantagem financeira proveniente de atividade estranha ao serviço policial com exceção do magistério.

§ 2º - É vedado receber cumulativamente vantagens pecuniárias da mesma natureza, salvo as exceções estabelecidas em lei".

Art. 10 - O escalonamento vertical de que trata o artigo 126 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, atualmente fixado na forma da tabela alterada de acordo com o caput do artigo 8º da Lei nº 8.069, de 28 de dezembro de 1984, passa a ter intervalos de 1% (um por cento) calculado sobre o valor símbolo AP-1C-IV para cada referência e de 4% (quatro por cento) calculados sobre o mesmo valor para cada classe dentro das séries de classes.

Art. 11 - No caso da Unidade de Referência de Preços - URP do mês de dezembro, acrescida da parcela do crédito residual dos funcionários, superar 10% (dez por cento), a diferença verificada será incorporada ao Índice de Unidade de Referência de Preços - URP do mês de fevereiro de 1988.

Art. 12 - O crédito residual, deferido aos servidores do Estado pela Lei n. 8.592, de 28 de outubro de 1987 e relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 1988, fica, antecipadamente, incorporado aos vencimentos dos cargos tratados nesta Lei e já estão contidos nas respectivas tabelas anexas.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros, ressalvado o estabelecido nos artigos 8º e 11, vigoram a partir de 1º de janeiro de 1988, ficando revogadas as disposições em contrário.

VIG.01/88	ANEXO I
TABELA I	
POLICIA MILITAR	
SOLDO DO POSTO DE CORONEL	25.940,39
TABELA II	
COORDENADORIA DA RECEITA DO ESTADO - CRE	
AGENTE FISCAL 1, CLASSE "C", REFERENCIA IV	14.397,19
DIRETOR DA CRE (EM COMISSAO)	17.139,50
AGENTE FISCAL 4, CLASSE "D"	5.858,18
TABELA III	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	
PROCURADOR - CLASSE I	37.578,43
PROCURADOR - CLASSE II	35.323,71
PROCURADOR - CLASSE III	33.069,00
PROCURADOR - CLASSE IV	30.814,30
PROCURADOR - CLASSE V	28.559,59
TABELA IV	
ENGENHEIROS	
ENGENHEIRO DE 1a. CLASSE	59.379,00
ENGENHEIRO DE 2a. CLASSE	53.537,98
ENGENHEIRO DE 3a. CLASSE	48.284,61
ENGENHEIRO DE 4a. CLASSE	43.554,63
ENGENHEIRO DE 5a. CLASSE	38.825,67
TABELA V	
QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO	
LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	7.496,11
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	5.328,45
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	4.749,65
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	6.440,31
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	4.810,55
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	4.709,79
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	5.416,88
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	4.778,99
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	4.630,13

VIG.01/88

TABELA VI

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFERENCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	11.237,21	12.922,79	15.507,34	17.833,47	20.508,49
2	11.574,32	13.310,50	15.972,58	18.368,48	21.123,75
3	11.921,56	13.709,80	16.451,74	18.919,52	21.757,47
4	12.279,20	14.121,10	16.945,31	19.487,11	22.410,19
5	12.647,59	14.544,73	17.453,68	20.071,72	23.082,49
6	13.027,00	14.981,06	17.977,29	20.673,87	23.774,94
7	13.417,82	15.430,52	18.516,60	21.294,08	24.488,19
8	13.820,36	15.893,41	19.072,11	21.932,90	25.222,83
9	14.234,98	16.370,22	19.644,27	22.590,90	25.979,52
10	14.662,02	16.861,33	20.233,60	23.268,61	26.758,90
11	15.101,88	17.367,16	20.840,60	23.966,69	27.561,66

VIG.01/88

TABELA VII

QUADRO UNICO
PROF. S/HABIL. E PROF. REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONALIST
1	8.427,91	9.551,64
2	8.680,74	9.838,17
3	8.941,18	10.133,32
4	9.209,41	10.437,33
5	9.485,71	10.750,44
6	9.770,29	11.072,95
7	10.063,38	11.405,16
8	10.365,28	11.747,31
9	10.676,24	12.099,73
10	10.996,53	12.462,70
11	11.326,43	12.836,61

VIC.01/88		TABELA VIII	
MAGISTERIO DO ENSINO SUPERIOR			
REFERENCIA	INSTRUTOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSISTENTE DO ENSINO SUPERIOR	PROFESSOR DO ENS.SUP. PROFESSOR TITULAR
1	21.455,61	22.313,83	23.206,39
2	22.528,41	23.429,50	24.366,72
3	23.654,81	24.601,00	25.585,04
4	24.837,56	25.831,06	26.864,29
5	26.079,43	27.122,61	28.207,49
6	27.383,42	28.478,74	29.617,87
7	28.752,57	29.902,67	31.098,79
8	30.190,20	31.397,81	32.653,73
9	31.699,71	32.967,70	34.286,40
10	33.284,69	34.616,07	36.000,71
11	34.948,91	36.346,89	37.800,76

VIGÊNCIA: JANEIRO DE 1988

TABELA IX

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADR/REF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	8.054,96	8.377,15	8.712,23	9.060,71	9.423,13	9.800,05	10.192,05	10.599,73	11.023,71	11.464,65	11.923,22
B	9.035,25	9.396,66	9.772,52	10.163,42	10.569,95	10.992,74	11.432,44	11.889,73	12.365,31	12.859,92	13.374,31
C	10.134,84	10.544,23	10.961,83	11.400,30	11.856,31	12.330,56	12.823,78	13.336,73	13.870,19	14.424,99	15.001,96
D	11.368,26	11.822,99	12.295,94	12.787,73	13.299,23	13.831,19	14.384,43	14.959,04	15.556,19	16.180,51	16.827,73
E	12.751,78	13.261,85	13.792,32	14.344,01	14.917,77	15.514,48	16.135,05	16.780,45	17.451,66	18.149,72	18.875,70
F	14.303,67	14.875,81	15.470,84	16.089,67	16.733,25	17.402,58	18.098,62	18.822,62	19.575,52	20.358,54	21.172,82
G	16.044,43	16.686,29	17.353,64	18.047,78	18.769,69	19.520,47	20.301,28	21.113,33	21.957,86	22.836,17	23.749,61
H	31.993,13	33.272,85	34.603,76	35.987,91	37.427,42	38.924,51	40.481,49	42.100,74	43.784,76	45.536,15	47.357,59
I	38.500,53	40.044,55	41.642,17	43.307,85	45.044,16	46.841,76	48.715,43	50.664,04	52.690,60	54.798,22	56.990,14

B) VENCIMENTOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	6.041,37	6.283,02	6.534,34	6.795,71	7.067,53	7.350,23	7.644,23	7.949,99	8.267,98	8.598,69	8.942,63
B	6.776,61	7.047,67	7.329,57	7.622,75	7.927,66	8.244,76	8.574,55	8.917,53	9.274,23	9.645,19	10.030,95
C	7.601,32	7.905,37	8.221,56	8.550,44	8.892,45	9.248,14	9.618,06	10.002,78	10.402,09	10.819,00	11.251,76
D	8.526,41	8.867,46	9.222,15	9.591,03	9.974,67	10.373,65	10.788,59	11.220,13	11.668,93	12.135,68	12.621,10
E	9.564,07	9.946,63	10.344,49	10.758,26	11.188,59	11.636,13	12.101,57	12.585,63	13.089,05	13.612,61	14.157,11
F	10.728,02	11.157,14	11.603,42	12.067,55	12.550,25	13.052,26	13.574,35	14.117,32	14.682,01	15.269,29	15.880,06
G	12.033,62	12.514,96	13.015,55	13.536,17	14.077,61	14.640,71	15.226,33	15.835,38	16.468,79	17.127,54	17.812,64
H	23.995,45	24.955,26	25.953,47	26.991,60	28.071,26	29.194,11	30.361,87	31.576,34	32.839,39	34.152,96	35.519,07
I	28.876,12	30.031,16	31.232,40	32.481,69	33.780,95	35.132,18	36.537,46	37.998,95	39.518,90	41.099,65	42.743,63

C) VENCIMENTOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J	26.173,14	27.220,06	28.308,86	29.441,21	30.618,85	31.843,64	33.117,34	34.442,03	35.819,71	37.252,49	38.742,56
---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

J.

VIG. 01/88

TABELA X

CARGOS EM COMISSAO DOS PODERES EXECUTIVOS, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1	42.767,07
	DAS-2	39.176,26
	DAS-3	36.110,56
	DAS-4	31.941,32
	DAS-5	28.775,96

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C	15.818,31
	2-C	14.608,84
	3-C	13.485,56
	4-C	12.456,45
	5-C	11.508,26
	6-C	10.631,83
	7-C	9.838,76
	8-C	9.097,04
	9-C	8.422,27
	10-C	7.788,16
	11-C	7.226,03
	12-C	6.686,86
	13-C	6.197,93
	14-C	5.752,25
	15-C	5.520,16

TABELA XI

FUNCAO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIARIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SIMBOLO	1-F	1.478,98
	2-F	1.255,63
	3-F	1.107,24
	4-F	888,76
	5-F	812,21
	6-F	663,01
	7-F	514,85
	8-F	444,44
	9-F	362,85
	10-F	294,57

TABELA XII

ASSESSORES JURIDICOS DO TRIBUNAL DE JUSTICA

ASSESSOR JURIDICO - CLASSE I	37.578,47
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE II	35.352,50
ASSESSOR JURIDICO - CLASSE III	33.069,00

TABELA XIII

PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROCURADOR	46.026,13
CONSULTOR LEGISLATIVO CL-J, CLASSE "A", REFERENCIA 1	22.133,66

TABELA XIV

PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CONSULTOR TECNICO	46.026,13
TECNICO DE CONTROLE TC-L, CLASSE "A", REFERENCIA 1	22.133,66

VIG. 01/88	ANEXO II	
TABELA I		
MAGISTRATURA		
DESEMBARGADOR		50.092,55
JUIZ DO TRIBUNAL DE ALCADA		47.587,89
JUIZ DE ENTRANCIA FINAL E AUDITOR DA JUSTICA MILITAR		44.526,71
JUIZ DE ENTRANCIA INTERMEDIARIA		40.074,04
JUIZ DE ENTRANCIA INICIAL		36.066,63
JUIZ SUBSTITUTO		32.459,91
TABELA II		
TRIBUNAL DE CONTAS		
CONSELHEIRO		50.092,55
AUDITOR		47.587,89
PROCURADOR JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS		47.587,89
PROCURADOR GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS (EM COMISSAO)		50.092,55
TABELA III		
MINISTERIO PUBLICO		
PROCURADOR GERAL DA JUSTICA (EM COMISSAO)		50.092,55
PROCURADOR DA JUSTICA		47.587,89
PROMOTOR DE ENTRANCIA FINAL		44.526,71
PROMOTOR DE ENTRANCIA INTERMEDIARIA		40.074,04
PROMOTOR DE ENTRANCIA INICIAL		36.066,63
PROMOTOR SUBSTITUTO		32.459,91

MENSAGEM N° 124/87

Curitiba, 23 de novembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V do art. 84, das subseções IV e V do Capítulo II, título III e dos arts. 88 e 89 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, e ainda a do art. 4° da Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1986, a fim de restabelecer, a partir de 1° de janeiro de 1988, o direito à percepção da gratificação pelo exercício de funções com risco de vida para os integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n° 1888/87, firmada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, a mim nesta data dirigida, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à oportunidade e elevado significado da medida que ora encaminho ao exame dessa Augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá

dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

Of. n° 1888/87- GS

Exposição de Motivos

Curitiba, 20 de novembro de 1987.

Assunto: Alteração da Redação de Artigos do Estatuto do Pessoal da Polícia Civil.

Senhor Governador:

1. Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva introduzir alterações aos artigos 84, 88 e 89 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, e artigo 4° da Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1986, cujas leis dispõem sobre o Estatuto da Polícia Civil.

2. O único objetivo das alterações sugeridas é restabelecer o direito à percepção da gratificação pelo exercício com risco

de vida para os integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

3. Para esse fim foi necessário remanejar a redação de alguns itens dos artigos acima referidos, de forma a abrir espaço para serem neles inseridos dois itens consolidando o direito dos policiais civis à gratificação em referência.

4. O restabelecimento da gratificação tratada na minuta de anteprojeto de lei, anexa, atende a uma solicitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, justificada com o alto risco a que estão sujeitos os policiais civis no desempenho de suas funções.

Atenciosamente

(a) DEPUTADO MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 351/87

Art. 1º- Os incisos IV e V do artigo 84, as subseções IV e V do Capítulo II, Título III, e os artigos 88 e 89 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 84 -

IV- pela participação como membro de comissão de concurso, de seleção a cursos de formação e permanentes de disciplina ou em órgão de Deliberação Coletiva da Polícia Civil;

V - pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

Subseção IV - Da gratificação pela participação como membro das comissões de concurso, de seleção a cursos de formação e permanentes de disciplina ou órgão de Deliberação Coletiva da Polícia Civil.

Art. 88 - Os integrantes das comissões de concurso, de seleção a cursos de formação e permanentes de disciplina ou de órgão de Deliberação coletiva, perceberão a gratificação que for fixada em regulamento.

Subseção V - Da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

Art. 89 - Pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, os titulares de cargos policiais civis, em efetivo exercício dos referidos cargos, perceberão uma gratificação de 1/3 (um terço) dos respectivos vencimentos básicos, acrescidos do adicionais por tempo de serviço.

Parágrafo Único- A Gratificação pelo exercício com risco de vida ou saúde não será paga ao servidor policial civil que estiver afastado de suas funções ou acumulando cargos, funções, ou perceber qualquer vantagem financeira proveniente de atividade estranha ao serviço policial com

exceção do magistério".

Art. 2º- O artigo 4º da Lei Complementar nº 35, de 24 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º- Ao policial civil com vencimento fixado nos itens I e II, do artigo 291, da Lei Complementar nº 14/82, com a redação dada por esta Lei, fica vedada a percepção de gratificação por regime de tempo integral e dedicação exclusiva, assegurado o direito de opção".

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1988, ficando revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 166/87.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja dado Regime de Urgência à Mensagem Governamental n. 123/87.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja dada preferência de votação à Proposição n. 040/87 de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 328/87, que objetiva autorização legislativa nos termos do Art. 21, inciso VIII, alínea C, da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regulamentação de diversos lotes de terras devolutas, conforme relação inclusa da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borto, na forma do disposto pelo Artigo 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, para os seguintes projetos:

- 1) - Projeto de Lei n. 336/87;
- 2) - Projeto de Lei Complementar n. 306/87;
- 3) - Projeto de Lei n. 236/87;
- 4) - Projeto de Lei Complementar n. 101/87;
- 5) - Projeto de Lei Complementar n. 307/87, de acordo com o que dispõe o Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para a Proposição n. 47/87, sobre proposta de Emenda Constitucional de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar o Art. 147, da Constituição do Estado do Paraná, em conformidade com o disposto, no Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a dispensa de discussão e votação da Redação Final dos Projetos de Lei e de Resolução, constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, de acordo com o disposto no § único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86, e das Proposições ns. 040/87 e 047/87, propostas de Emendas à Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 001/87, tendo em vista sua tramitação em Regime de Urgência, aprovado pelos ilustres Pares, em 27 de agosto de 1987.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário sejam concedidos, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passagens de ida e volta para a Cidade de Vitória no Espírito Santo, para o funcionário Wilmar José Gouveia, matrícula n. 126, que está prestando serviços no setor de telex desta Casa.

O funcionário em questão irá representar o Estado do Paraná no 1º Campeonato Nacional de natação dos Deficientes Físicos, nos dias 5 e 6 de dezembro.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Nestor Baptista, Caíto Quintana, Lauro Lobo Alcântara, Edmar Luiz Costa, Nilton Barbosa, Dirceu Manfrinato, Raul Lopes, João Arruda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado vem pelo presente na forma regimental, REQUERER, reexame pela Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Resoluções ns. 48/87, 50/87 e 49/87.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por 10 sessões o Projeto de Lei Complementar n. 272/84, de autoria do Deputado Erondy Silvério.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM a constituição de Uma Comissão Especial, interpartidária, para representar a Assembléia Legislativa do Paraná, nas cerimônias fúnebres de sepultamento do Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, do PMDB, falecimento repentino e prematuramente na madrugada do dia de hoje.

O corpo do Prefeito está sendo velado na Prefeitura Municipal de Piraquara e o sepultamento será hoje, às 18:00 horas no cemitério local.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) Antônio Annibelli, Caíto Quintana,

Erondy Silvério, Basílio Zanusso e Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após a manifestação do Plenário, REQUER seja inserido nos Anais da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico e prematuro falecimento do médico Miguel Angel Henrique Espinosa, falecido em acidente na entrada da Cidade de Rolândia, para onde estava indo para cumprir sua obrigação profissional.

Médico dos mais competentes, figura humana extraordinária, a sociedade norte-paranaense foi duramente abalada com o seu prematuro desaparecimento. Era estimado e respeitado por um número incontável de amigos em Londrina, Cambé, Rolândia, região e em São Paulo, nesta última Cidade onde reside a maior parte de seus familiares.

A Assembléia Legislativa, onde estão os representantes do povo, tem o dever de registrar nos Anais da história, sua homenagem a quem grandes e relevantes serviços prestou à população paranaense, sempre com o toque humanístico.

Que da decisão desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através da Associação Médica de Londrina, rogando que Deus conforte a todos por essa irreparável perda.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, que se registre nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Estanislau Schon, ocorrido no dia 21 de novembro de 1987, e que da decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada na Caixa Postal - 33, no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Aos 43 anos de idade, no último dia 21 de novembro, faleceu o Senhor Estanislau Schon, que era Secretário Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Piraquara; era casado com a Senhora Odaléia Schon, deixando a filha Eliane Cordeiro Schon.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a comunidade de Piraquara, onde gozava do mais alto conceito e admiração, por parte dos que tiveram a honra e satisfação de conviver.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família do Senhor Antônio Alceu Zielonka, voto de profundo pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 23 de novembro de 1987.

Outrossim, solicita que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada na Rua Barão do Cerro Azul - 582, no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Antônio Alceu Zielonka, falecido no dia 23 de novembro, era Prefeito de Piraquara, tinha 46 anos de idade, casado com a Senhora Marlene Zielonka, deixando os filhos Ricardo, Denise e Fábio Eduardo Zielonka.

O seu desaparecimento entristece a comunidade de Piraquara, onde possuía estreitas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem. Seu nome ficará para a posteridade porque soube contribuir para com aqueles que o procuraram e, sempre, tiveram boa acolhida.

Homem de impecável conduta na vida pública e particular, merece, portanto, as homenagens póstumas desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a formulação de votos de congratulações à Associação de Pintores em Porcelana do Paraná (ASPAR), pela realização da I Bienal e V Exposição Nacional de Pintura em Porcelana do Paraná.

REQUER, ainda, a extensão destes votos a todos os expositores, aos cuidados da ASPAR.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do trabalho desenvolvido pela ASPAR, Curitiba é, hoje um reconhecido centro de pesquisa e propagação da pintura em porcelana.

A I Bienal e V Exposição Nacional de Pintura em Porcelana, que está acontecendo entre 19 e 22 de novembro de 1987, contando com a participação de nomes consagrados de vários Estados brasileiros, propiciará, sem dúvida alguma, o surgimento de novos talentos nesta milenar forma de arte. Razão pela qual, congratulamo-nos com a entidade promotora, estendendo estes votos a todos os expositores presentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Rancho Alegre, desejando aquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Requerimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserida na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Santa Cecília do Pavão, desejando aquela povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição em Ata de voto de congratulações ao Município de São Jorge do Oeste, pelo transcurso do dia de sua emancipação político-administrativa neste dia 23 de novembro, oficiando-se a Sua Excelência Prefeito Municipal o registro dessa homenagem.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do Município de Chopinzinho, São Jorge do Oeste alcançou sua emancipação política e administrativa pela Lei n. 4.730, de 24 de junho de 1963, sendo

instalado a 23 de novembro desse mesmo ano. Materializava-se, com esse Diploma Governamental, uma velha reivindicação do laborioso povo do antigo e respeitado Distrito. Seus índices de produtividade e sua altivez política têm mostrado a razão dos pioneiros que desejavam emancipar a área.

São Jorge do Oeste representa, hoje, uma força no Sudoeste paranaense e seu povo, pela força que tem provado possuir, merece a homenagem do Poder Legislativo Paranaense pelo que já conquistou e pelo que se pode esperar dele.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Ministros da Fazenda e da Agricultura, reivindicando subsídio ao preço do leite com o objetivo de remunerar o produtor de maneira mais condizente e dar à população de baixa renda condições de aquisição ao produto, como já fazem outros países que subsidiam esse produto básico, especialmente para alimentação infantil.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a 1.ª Dama de Piraquara, Marlene Zielonka, viúva do Senhor Antônio Alceu Zielonka, através da Prefeitura Municipal daquele Município - Av. Getúlio Vargas, 67 - CEP - 83.300, enviando votos de profundo pesar pelo falecimento do amigo e companheiro.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Família Garcês do Nascimento, na pessoa da Senhora Rosi Pereira Garcês do Nascimento, viúva do Cel. Lott Garcês do Nascimento, residente à Rua Prudente de Moraes, n. 180, Mercês, nesta Capital, enviando votos de profundo pesar pelo falecimento do referendado amigo, médico e policial militar.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

O saudoso Coronel Lott, médico da Polícia Militar do Paraná, sempre se houve com a maior lisura e competência, quer no

exercício de sua profissão, quer na condução das funções administrativas pelas quais passou.

Na Polícia Militar, foi Diretor de Saúde, entre outras funções que exerceu, tendo dado ao Policial Militar um tratamento médico, hospitalar e dentário, humano e condizente.

Extremado pai de família, excelente profissional, grande e fiel amigo, nunca tendo medido esforços no sentido de atender a todos.

Pela sua capacidade e competência, mantinha em sua agenda de clientes, pessoas de renomeado destaque, a exemplo, podemos citar o Coronel Dagoberto, Cidadão Benemérito do Paraná.

Atualmente, fazia parte do corpo clínico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde exerceu suas atividades profissionais até o seu último dia.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do Expediente; passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"A partir de amanhã os suinocultores dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vão suspender a entrega de suínos aos frigoríficos. É um enérgico protesto contra o Governo Federal pelo não atendimento das reivindicações dos produtores, que não suportam mais produzir com prejuízos pois os custos da produção do suíno hoje giram em torno de Cz\$ 45 cruzados o quilo, enquanto as indústrias vêm praticando preços que oscilam entre Cz\$ 32 e 36 cruzados o quilo.

A confirmação da suspensão da entrega foi feita no final da semana passada pelo presidente da Associação Paranaense de Suinocultores, João Luiz Seimetz, lembrando que a decisão foi tomada de comum acordo entre a APS e as entidades congêneres de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além das Associações Regionais e Municipais do Estado do Paraná, contando ainda com a adesão de órgãos como a FAEP e FETAEP. É o grito de protesto dos suinocultores do sul do País que inconformados dizem em sua nota: "vamos levar adiante a suspensão na entrega de suínos, culminando com a vinda a Florianópolis do Ministro Iris Rezende, no próximo dia 27, quando os suinocultores terão a oportunidade de externar toda a insatisfação com o Ministro que não tem dado a devida atenção ao problema, apesar de seguidas promessas".

A nível de Governo Federal, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são várias as reivindicações de classe produto-

ra. A começar pelo cumprimento da promessa feita há mais de seis meses, quando houve o comprometimento das autoridades federais no sentido de formar um estoque regulador, com a COBAL adquirindo cerca de 20 mil toneladas com o objetivo de enxugar o mercado, o que até agora não aconteceu. O Governo tinha prometido também que o milho em poder da CFP seria vendido aos suinocultores, sofrendo apenas os efeitos da variação da OTN. Mas, na verdade, apenas nos últimos 45 dias o produto, indispensável para o fabrico de ração, subiu 57%, fazendo aumentar de forma assustadora o custo de produção. Outro problema com relação ao Governo Federal é que também a ração industrializada subiu de forma vertiginosa, sem qualquer tipo de controle por parte do CIP.

A grita dos produtores se estende também aos demais segmentos envolvidos, uma vez que mesmo após a liberação do preço da venda de carne suína ao consumidor, que deixou de ser fixado e controlado pelo CIP, os frigoríficos continuam não praticando preços capazes de cobrir nem mesmo os custos de produção.

E para agravar ainda mais a situação, nos disse João Seimetz, presidente da APS, observa-se a nível do Governo Estadual um evidente descompasso entre os órgãos ligados ao setor. Enquanto o Secretário da Agricultura Osmar Dias tem dado todo apoio à suinocultura, disse Seimetz, a Secretaria de Finanças não cooperou em pelo menos diminuir o ICM incidente sobre os suínos; pelo contrário, tributou os produtos veterinários, dificultando ainda mais a vida dos produtores.

O presidente da APS fez ainda um alerta da maior gravidade. A incoerência da máquina administrativa do Estado poderá provocar consequências desastrosas, como o crescimento de bóias-frias e sem terras no Estado, o que nos parece muito pior do que eventualmente arrecadar menos impostos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. A situação da suinocultura nunca foi tão grave como atualmente. E é estarrecedor o fato de que o Governo Federal, que detém o poder para modificar este quadro nada faz, deixando os suinocultores por conta da própria sorte.

Fica então o nosso apelo para que as autoridades se sensibilizem com o problema, caso contrário, a falência do setor será inevitável, e os prejuízos não serão apenas no aspecto econômico, mas apresentará também graves consequências sociais". Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós queremos agradecer hoje aqui nesta tribuna ao Senhor Governador do Estado que ontem estava em nossa cidade, Maringá, e ali ele anunciou o aumento da Polícia Militar do Paraná.

Nós, que há muito tempo vínhamos preocupados com o salário dos militares, nós que há muito tempo víamos o contracheque de um soldado que ganhava apenas Cz\$ 6 mil cruzados, e muitos deles casados, com família, pagando aluguel, e só o aluguel custava na faixa de Cz\$ 4,5 mil cruzados, e aí então nada sobraria, e muitos deles, nos dias de folga, nas horas de folga teriam que fazer um trabalho para ajudar na despesa da casa.

E a nossa preocupação, desde os nossos primeiros dias, como Deputado, sempre foi a Segurança, que é uma coisa prioritária também no nosso Estado. E um soldado mal pago, um soldado que ganhava Cz\$ 6 mil cruzados, eu acho que nunca poderia trabalhar com aquele amor, fazer um trabalho como deve ser feito. E agora, com este aumento, mais de 100%, um soldado para receber um salário de mais de Cz\$ 17 mil cruzados, anunciado, ontem em Maringá, pelo Governador do Estado. Nós estamos solidários com o Governador, pelo aumento dado à classe da Polícia Militar do Estado do Paraná, e os demais aumentos que também foram feitos à classe trabalhista do nosso estado.

Portanto, Senhores Deputados, queremos parabenizar o Governador e parabenizar também a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná. Nós ainda queremos ver a nossa Polícia do Paraná com o salário equiparado à Polícia do Estado de São Paulo, mas, já foi uma grande vitória, eu creio, para todos os policiais paranaenses. Hoje, as Polícias Civil e Militar estão mais alegres, porque seu aumento foi mais de 100%, um aumento bem merecido!

Muito obrigado, Senhor Governador, e parabéns à nossa Polícia do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhoras Deputados:

Envaidece-me também o companheiro Deputado do PTB, Senhor José Alves, ao fazer, nesta oportunidade, uma exaltação ao Senhor Governador do Estado.

Também este Deputado havia se inscrito, e em viagem recente àquela região tomávamos conhecimento da Mensagem, assinada pelo Senhor Governador do Estado, no que diz respeito ao aumento do funcionalismo público.

Eu quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo e registrar aqui um voto deste companheiro integrante da Polícia Militar, que há mais de 35 anos, no serviço ativo da corporação, não recorda-se de ter vivido, assistido, uma atenção tão especial, carinhosa e dignificante do nosso Governador.

Tenho certeza que, assim como eu, todos os demais Deputados desta Casa, e em especial os ligados à Comissão de Segurança, envidaram todos os esforços no sentido de sensibilizar Sua Excelência para a necessidade de melhorar o salário do sistema de Segurança Pública do Estado do Paraná. Sistema integrado pela Polícia Militar, a Polícia Civil e os homens do Detran. Foi, sem dúvida um grande aumento, um aumento que, na minha corporação, os companheiros até parecem não acreditar. Apesar dos momentos difíceis, com o orçamento do nosso Estado, mas autoridade do Governador, naturalmente se fez sentir, ante os reclamos e ante as necessidades e ele assim procedeu.

Está de parabéns, portanto, Sua Excelência, o Governador do Estado, ante o momento gratificante do sistema em recebermos com alegria, com satisfação, o aumento assinado em data de sexta-feira próxima passada. Ganha com isso, sabe-o Senhor Governador do Estado, a nossa comunidade, que passa a sentir um pouco mais de tranquilidade, porque, naturalmente, a qualidade do serviço, a qualidade do homem policial militar, daqui para frente, tenho certeza, irá melhorar. Melhorar até mesmo no sentido de recrutamento, porque poderemos selecionar cada vez mais o homem que irá prestar este serviço à nossa comunidade. Era uma área preocupante, uma área que estava por receber de Sua Excelência, uma atenção especial, mas não foi difícil. Sua Excelência aquiescida, sensibilizada, se houve com a maior rapidez possível, a ponto de surpreender a todos nós. Entendíamos plenamente quando atendia da melhor forma possível, ao passo que outros Estados não o faziam. Refiro-me àqueles momentos da política econômica, quando o nosso orçamento exigia um esforço enorme para que Sua Excelência pudesse nos atender.

Desta feita, nos surpreendendo, deu um aumento de mais de 100% e hoje eu pude sentir e ver dentro da minha guarnição soldados rindo, companheiros alegres, contentes, satisfeitos e emprestando, através desse companheiro, a sua gratidão. Gratidão que eu reconheço há mais de 35 anos, Governador, porquanto logo mais terei oportunidade de cumprimentá-lo pessoalmente. E aqui, envaidecido, contente e satisfeito, parabenizo e deixo a sua gratidão este Deputado, ex-soldado daquela Corporação.

Muito obrigado Governador, que Deus o ajude, que ilumine e que Vossa Excelência continue a trilhar dentro deste espírito cívico e deste espírito humano que norteia Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato. Vossa Excelência tem 30 minutos para proferir sua oração.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós havíamos anunciado que faríamos uso do Grande Expediente no dia de amanhã. Em razão de não ter nenhum Parlamentar inscrito no dia de hoje, é que ocupamos a tribuna deste Poder Legislativo, a clarear ao Paraná e aos Senhores Parlamentares, fatos distorcidos relacionados ao episódio político do Município de Cianorte.

Tivemos publicado, através da imprensa do Paraná, a notícia de que havia um racha no PMDB de Cianorte, e que o responsável por este racha teria sido o Deputado Dirceu Manfrinato. Noticiado no Estado do Paraná, de quinta-feira, 5 de novembro- "PFL ganha com o racha do PMDB de Cianorte". Destacado em manchete em todos os jornais do nosso Estado.

Foram distribuídos em Cianorte, e nas Secretarias de Estado e até mesmo no Palácio Iguaçu, documentos assinados pelos Vereadores de Cianorte, dizendo que o seu afastamento do PMDB e sua ida para o PFL era por razões de descontentamento a nível nacional; razões de descontentamento com o Deputado Dirceu Manfrinato. Na verdade, nós gostaríamos de dizer que este descontentamento não seria por ingerência ou imposição. Este descontentamento partiu quando alertávamos que os Vereadores de Cianorte estavam sendo beneficiados através do Poder Executivo.

Em contrapartida foi noticiado pelo Jornal Estado do Paraná, no dia 29.09.1987 "Câmara de Cianorte desmente Alborghetti e Manfrinato", quando nós nos utilizávamos do programa do ilustre Deputado o Programa "CADEIA", o Programa de maior audiência hoje no seu horário, no Estado do Paraná. Entendemos que teríamos que ter uma posição mais clara, mais coerente e mais séria, procuramos os órgãos competentes.

Requeri ao Tribunal de Contas do Paraná que fizesse uma auditoria na Câmara Municipal de Cianorte e fizesse uma auditoria na Prefeitura Municipal de Cianorte.

Com a Portaria nº 605, de 23 de outubro de 1987, foi feita uma auditoria na Câmara Municipal de Cianorte e na Prefeitura Municipal de Cianorte.

O Relatório, encaminhado ao Conselheiro Doutor João Olivir Gabardo, Digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, inclui 18 laudas, com os levantamentos feitos dos anos de 1985, 1986 e 1987.

Havia, então, uma afirmativa dos Vereadores de Cianorte de que o abastecimento que faziam, pelos cofres da Prefeitura Municipal, era baseado na Lei nº 643/81 e que este Deputado, ainda como Vereador de Cianorte havia votado favoravelmente esta Lei, dando poderes para que os Vereadores pudessem abastecer os seus veículos particulares.

Sentindo-me no dever, na obrigação e acima de tudo por continuar possuindo um mandato Parlamentar, senti-me no dever e na obrigação de mostrar aos Vereadores de Cianorte e ao Prefeito que nós não temos autonomia de legislar em causa própria.

Assim, procedido o levantamento no Município de Cianorte, nós pudemos constatar, através do levantamento do Tribunal de Contas, que aqui está - que várias irregularidades, principalmente no setor de gasolina, foram encontradas; além das despesas com pessoal, especificamente, e as correspondentes a subsídios dos Vereadores, encontramos, em maior monta, as contas-Combustíveis.

Principalmente, os gastos, em período de recesso, foram maiores do que durante o período em que estavam legislando.

Na página 04, no decorrer do levantamento, algumas discrepâncias foram constatadas, como por exemplo: abastecimento além da capacidade de litragem do tanque do veículo abastecido. No caso, é um automóvel Parati, com capacidade de 75 litros - estando fora de seqüência os números das notas fiscais emitidas pelos postos, com as respectivas datas, no mesmo dia. Abastecimento num dia de domingo, no exercício de 1985. Foi observado que, no dia 07 de junho, no Posto Santo Antônio, daquela cidade, foram adquiridos 138,5 litros de álcool, ao passo que a viatura Parati só comporta 75 litros no seu tanque.

Página 05 - além da aquisição acima da capacidade do tanque do veículo, deve ser destacado que a seqüência numérica das notas não está coerente com as datas, como por exemplo:

A nota fiscal nº 19349, de 22 de agosto de 1986, não pode ser maior do que a do dia 29 de setembro de 1986, sob o nº 19348. A nota fiscal emitida no dia 11 de janeiro de 1986, não poderia ter o número maior do que a do dia 16 de janeiro de 1986, ou para seqüência das duas últimas, que tem espaço apenas de 7 dias.

Página 06- O recebimento da gasolina por parte de determinados Vereadores, usando combustível entregue pelo chefe do Executivo, e que constitui ponto de audi-

toria especificamente quando tratamos das despesas do executivo do título 3º, do item 3º. Em tese de amostragem, efetuado em diversos, no mesmo exercício de 1985, 1986 e 1987, foi constatado que o Executivo, por intermédio do gabinete do Prefeito, vem fornecendo gasolina a certos Vereadores.

Pág. 09- A requisição nem sempre se fazia acompanhada das notas fiscais, pois segundo informações, a requisição era entregue, porém o uso das mesmas era de livre arbítrio do beneficiado que, inclusive Senhor Presidente, Senhores Deputados, podia trocá-la por dinheiro nos postos de gasolina, ainda na pág. 09, da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, verificamos despesas referentes ao mês de janeiro de 1985, constatamos a entrega de 300 litros de gasolina, distribuída à diversos Vereadores, conforme a seguir demonstrado: Vereador Wilson Barbosa da Silva, 50 litros de gasolina; Vereador Osilho Melão, 50 litros, Vereador Jurandir Romeiro, 50 litros e mais duas pessoas não identificadas na distribuição de 50 litros cada. Ainda constante da documentação referente ao mês de julho, foram encontradas mais duas requisições emitidas no mês anterior, documento em anexo 1 e 2, por fotocópia deste relatório, sem a identificação dos contemplados. No mês de agosto de 1986, a comissão constatou a distribuição do total de 800 litros, sempre de gasolina. Em verificação levantada referente ao mês de julho de 1987, encontramos requisições de gasolina perfazendo o montante de 510 litros. Observação, no mesmo dia de 15 de julho, o Vereador Senhor Mário Guiso Mesquita, recebeu 150 litros com as requisições números 99 a 101, todas para o posto Amazonas, com documento 3 e 4. Deve ser observado que o Vereador Osilho Melão, recebeu 4 requisições de 50 litros, no mesmo dia 04 de agosto de 1987, também o fez o Vereador Jurandir Romeiro, com 100 litros no dia 03 de agosto de 1987, com requisições de números sequenciais.

Diante do que foi abordado, indagamos do fundamento para o Executivo efetuar tais despesas.

Fomos informados que o Chefe do Executivo, o faz com base na Lei nº 643/81, de julho de 1981. É a lei que disseram que esse Deputado votou na Câmara Municipal de Cianorte.

A referida Lei é clara no seu texto, ao autorizar o Chefe do Executivo a utilizar ou determinar a utilização dos veículos particulares em serviços de interesse do Município.

O referido instrumento estabelece poderes aos Assessores do Senhor Prefeito, para autorizarem o abastecimento de veículos particulares, quando a serviço da mu-

nicipalidade.

Pelo que se deprende da Lei supramencionada, é que ela não autoriza o fornecimento de qualquer tipo de ajuda aos Senhores Vereadores.

A Câmara Municipal possui um Parati a álcool cedido em comodato pela Prefeitura, para uso do Legislativo.

Segundo informações recebidas na própria Câmara, o veículo serve indistintamente a todos os edis que dele necessitam. Não possui motorista. Cada um dirige-o.

A Câmara efetua despesas com o carro à sua disposição.

Verificando a Certidão fornecida pela Assembléia Legislativa, constata-se inclusão de auxílio de transportes aos Deputados Estaduais. Como os subsídios de Vereadores estão por Lei vinculados ao total percebido pelos deputados, têm também os Vereadores implicitamente um auxílio para transporte necessário ao cumprimento de suas atividades normais.

Mas há um auxílio. O que vem sendo fornecido pelo Executivo, por incidir em duplicidade, tal benefício caracteriza-se como ilegal, conforme página 13, levantamento do Tribunal de Contas do Paraná.

Segundo informações da Secretaria do Gabinete do Prefeito Municipal, os Vereadores pedem o combustível (gasolina), e o Executivo entrega a requisição de acordo com o pedido, normalmente uma quantia que varia de 50 a 200 litros para cada.

Não existe um teto máximo nem mínimo adotado. Não existe um critério de distribuição. Foi nos informado que fica a entrega condicionada a quando e quantos Vereadores solicitarem.

Pág. 14 - Indagado o Senhor Prefeito a respeito da interpretação e o uso da pre-citada Lei, ele deu entender que sofre pressões por parte de certos Vereadores no sentido de que o fornecimento de combustível continue.

Eu lamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando denunciemos há uns dias atrás, através da imprensa do Paraná de que havia esses benefícios aos Vereadores de Cianorte, e posteriormente fomos até cobrados neste Parlamento pelo ilustre Deputado Algaci Túlio, de que eu estava me escondendo sobre as asas do Governo do Paraná em Cianorte, porque os Vereadores tinham abandonado o PMDB.

Está aí, Deputado Algaci Túlio, para que Vossa Excelência tenha conhecimento dos atos ocorridos, de corrupção, de benefícios dos Vereadores. E até posso perdoar Vossa Excelência por não ter conhecimento profundo dos fatos, e ter acusado esse Deputado de ficar sob as asas do Governo.

Gostaria de lembrar Vossa Excelência que pertenci ao partido da Oposição duran-

te vinte anos e entrei no Partido da Situação desde 1982. Desde que milito na vida pública, que sou detentor de mandato outorgado pelo povo, eu nunca me escorei em Governo, em Secretário de Governo, nem na Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, em nenhum dos Senhores Deputados. Sempre me pautei acima de tudo pela verdade, pelo respeito. Tenho certeza e convicção de que a minha atitude tem sido coerente, séria e acima de tudo, e se denunciei este fato em Cianorte, não fiz mais do que a minha obrigação. Mesmo sabendo que os Vereadores pertenciam ao PMDB e que hoje o nosso partido se encontra inchado por aqueles que não estão cumprindo os compromissos com a sociedade, que hoje, se ingressaram ao Partido da Frente Liberal, e tenho todo respeito pelo Líder da Frente Liberal, neste Parlamento, Deputado Basílio Zanusso, mas terei o prazer de passar às mãos de Vossa Excelência, a auditoria feita em Cianorte, que é do Tribunal de Contas. Já não é mais só a minha palavra, aqui já é o Tribunal de Contas do Paraná se pronunciando, e eu terei certeza na confiança, que temos no Tribunal de Contas do Paraná...

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida. Serão tomadas medidas para que este tipo de fato não venha a ocorrer no Paraná e até mesmo no Brasil. Hoje se a classe política caminha para o descrédito são razões deste tipo de procedimento que vem em prejuízo da classe política.

Eu concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Basílio Zanusso - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, eu solicitei aparte a Vossa Excelência já que citando o meu nome, na condição de Líder da Bancada da Frente Liberal, partido que, recentemente, recebeu as assinaturas nas fichas de filiação partidária de alguns vereadores da sua cidade, Cianorte. E Vossa Excelência manifestando o desejo de fazer chegar às minhas mãos cópia de um xerox de um documento, fornecido pelo Tribunal de Contas, resultado de auditoria, feita por aquele órgão, na Câmara Municipal. Fico também, antecipadamente, grato à referência de Vossa Excelência, que para mim é uma deferência. Gostaria, na oportunidade, de também pedir a Vossa Excelência, cópia do discurso que Vossa Excelência profere nesta tribuna. Quero aduzir que Vossa Excelência vai à tribuna em defesa de seu discurso, do seu posicionamento coerente, que é conhecido nesta Casa ao longo dos seus mandatos.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a Vossa Excelência, Deputado. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que eu estou aqui mostrando à Assembléia Legislativa do Paraná, que nós, quando denunciávamos, nós não estávamos mentindo e hoje cabe a mim, através do direito e da prerrogativa de usar deste Poder Legislativo, através desta Tribuna, a comunicar os fatos, com as provas concretizadas pelo Tribunal de Contas do Paraná. Não ficaria só no meu discurso, porque se aqui estou falando, estou falando com base na certeza dos documentos que tenho em mãos, elaborado pelo Tribunal de Contas do Paraná e terei muita honra em passar a Vossa Excelência, porque eu me sinto no dever, pelo respeito que tenho por Vossa Excelência, e vejam que esta denúncia, ela foi formulada quando ainda os Vereadores pertenciam as fileiras do PMDB, não insinuavam deixar o PMDB para qualquer um dos outros partidos. Apenas, fizemos o nosso dever e se estamos cumprindo este dever, esta missão, deverá também o Tribunal de Contas ter a mesma postura, e acredito que a terá, e será a mesma postura a do Poder Judiciário, com a punição devida e a devolução do dinheiro aos cofres municipais de Cianorte.

Nós sabemos que existem muitas pessoas carentes que precisam muito mais de uma receita médica do que um Vereador utilizar requisições de 20 litros de gasolina, que não poderíamos precisar quantas por semana ou quantas por mês e que hoje perfazem um total de 7 mil cruzados, 200 litros.

Quero ressaltar que nossa denúncia, que faço hoje, apresentando o Relatório do Tribunal de Contas não consta aqui apenas o nome de um Vereador de Cianorte, que é o do Vereador e Professor Antônio Fegui. Os restantes, os outros estão envolvidos porque inclusive constam os seus nomes aqui nesta Auditoria.

É bom que se saiba que temos um caminho a seguir, um caminho de responsabilidade, um caminho de compromisso com a população, um caminho de seriedade, porque ao denunciar este fato na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não estaria desmoralizando a minha cidade. Ela estaria sendo enriquecida, porque ela ainda tem um representante neste Parlamento Estadual para ajudar a população a fiscalizar os erros cometidos pelo Município e pela Câmara de Vereadores.

E nós o faremos. Levaremos ao conhecimento da população de Cianorte, estes fatos que vêm ocorrendo, uma vez, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós estamos aqui na Assembléia sendo porta-voz de Cianorte, junto ao Governo do Paraná, junto aos Secretários de Estado, procurando carrear recursos em benefício da popu-

lação de Cianorte. Nós não vamos permitir que os Vereadores que não se preocupam com a sua cidade, que não têm acima de tudo, o respeito com os seus eleitores, possam viver das mordomias, do sacrifício dos impostos do povo de Cianorte. E além de ser um Deputado por Cianorte, e me orgulho em representar aquele Município do norte do Paraná, mas também tenho propriedades em Cianorte e pago os meus impostos, e acho que o dinheiro dos impostos através dos executivos tem que ser acima de tudo, em contrapartida, em benefício da sociedade, do Estado e dos Municípios.

O Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte? (Assentimento).

Gostaria de agradecer o aparte e cumprimentar Vossa Excelência por este discurso que faz em defesa da Cidade que Vossa Excelência representa nesta Casa. Nós que aprendemos a conhecê-lo e admirá-lo desde os idos de 1970, não temos dúvida com relação a sua preocupação com o que passa hoje na Câmara de Cianorte.

Tivemos oportunidade de acompanhar os 4 anos de legislatura passada e a sua preocupação, o seu trabalho, não só em benefício de Cianorte como em todos os Municípios que Vossa Excelência representava e representa na sua segunda Legislatura.

Por isso a nossa solidariedade à sua preocupação, da seriedade que tem... (inaudível).

Não entro no mérito, porque vimos por cima os dados que Vossa Excelência nos mostra, mas a partir do momento que vem de público a manifestação e também a preocupação do Tribunal de Contas, com certeza, Vossa Excelência em todo o seu depoimento, em todas as suas boas declarações, está correto.

Fica então o nosso apoio, a nossa solidariedade à sua preocupação, porque é assim que temos que fazer para que os nossos companheiros vereadores saibam realmente legislar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o apoio de Vossa Excelência. E eu diria mais uma vez que o que eu pronunciei, com relação às denúncias de Cianorte, está documentado pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente, consulto a Liderança do PMDB, no Horário das Lideranças, se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, folgo na tarde de hoje de ter ouvido neste Plenário um

pronunciamento do Deputado José Alves, de reconhecimento ao grande esforço governamental no que diz respeito ao aumento do Funcionalismo Público do Estado do Paraná.

Se faço, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, um pronunciamento nesta tarde quando na Assembléia Legislativa chega a Mensagem Governamental propondo um aumento ao servidor público, o faço como uma forma de podermos justificar aos demais companheiros Pares desta Casa, aos de Oposição, principalmente, à imprensa que aqui está, o posicionamento tomado pela Bancada do PMDB quando de votações pertinentes ao funcionalismo e que a nossa Bancada rejeitou as emendas que propunham aumento ao servidor bem como tem rejeitado sistematicamente requerimentos pedindo que Governo do Estado mandasse para a Assembléia Legislativa a Mensagem de aumento salarial.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, evidentemente, num relacionamento mais direto, esta Bancada peemedebista e o Governo do Estado, sabíamos o procedimento que estava acontecendo para a proposição do aumento salarial. Sabíamos que o Executivo conversava com as entidades representantes de classes do servidor público, analisava orçamentariamente a possibilidade de o Estado no ano de 1988, fazendo a previsão da Receita Pública, para poder dar ao servidor público melhor aumento que o Governo pudesse dar.

No dia de hoje chega a esta Casa a Mensagem. E Vossas Excelências, Senhores Parlamentares, não de convir que aquilo que afirmamos aqui desta tribuna semanas atrás, com respeito à emenda apresentada, que procurava dar 47% ao servidor público e que nós dizíamos que iríamos rejeitar essa emenda porque o autor da mesma não tinha procuração da federação classista e que, possivelmente, o Governo pudesse dar mais do que estava sendo proposto se fosse configurando na mensagem que o Senhor Presidente Antônio Annibelli leu no dia de hoje.

O Governo do Estado do Paraná está adotando critério pregado pelo PMDB no curso de sua vida, e pregado também por muitos Partidos de Oposição. A única forma de procedermos o desachamento salarial é dar aumento ao servidor, escalonado.

Os que mais ganham, têm um índice menor e os que menos ganham um índice maior.

E, dentro desta visão estadista de podermos recuperar as classes que menos ganham, o Estado propõe para algumas categorias de servidores aumentos que vão até 140%.

Para as viúvas com salários defasados ultrapassa a casa dos 200%; e para os servidores que ganham mais, e conseqüentemen-

te, com perspectivas de vida melhor o índice de aumento é menor.

Portanto, esta Casa de Leis, no final do período legislativo do ano de 1987, tenho certeza absoluta que, como o companheiro José Alves, da Bancada de Oposição, sabemos entender a gradiosidade da mensagem que aqui se manda como uma forma de proceder o desachatamento do servidor público do Estado do Paraná, e o reconhecimento desta valorosa classe que tanto tem contribuído para o nosso Estado.

Na Polícia Militar ouvi o Deputado Raul Lopes dizer nesta tribuna, experiente policial que é, tendo chegado à condição de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, que a sua Corporação nunca viu um aumento tão grande.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, uma vez mais se vê presente a mensagem estudada, calculada, levantada em números, em índices, consciente para a propositura do aumento. Porque o Estado chegou à conclusão de que o Policial Militar preparado por este mesmo Estado, custava aos órgãos públicos recursos, dinheiro, para a formação do policial tão logo ele entrava para a ativa, pedia o afastamento, ou transferência para outros Estados, deixando o ônus da sua preparação e abandonando a Polícia Militar porque remunerava mal.

Hoje o Policial Militar terá como salário menor 15 mil cruzados, aproximadamente. É uma grande conquista da Polícia do Estado do Paraná que vem embutida na mensagem, é o risco de vida.

O risco de vida do policial que a qualquer hora do dia, ou da noite, deixa o aconchego do seu lar para partir em defesa da sociedade, para enfrentar marginais, assaltantes, arriscando a cada instante em que sai de casa, retornar para o aconchego da família alguém crivado de balas, na defesa exclusiva da sociedade. Este policial que não tinha o risco de vida, esta Assembléia Legislativa terá o prazer de, votando esta mensagem, aprovar para a Polícia do Estado do Paraná, o risco de vida àqueles que abdicam costumeiramente em defesa da sociedade. E quando o Policial mais ganha, e quando o servidor público mais ganha, mais fácil se torna para o Governo expulsar os corruptos, porque nem sequer poderão se sustentar, na falsa idéia de que o baixo salário desenvolve a atividade de corrupção.

Por isto Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nesta semana esperamos que se abra este Parlamento, com mais felicidade, para a dignificação dos Parlamentares pois, na semana passada, fomos alvo de críticas infundadas, de notícias mentirosas, de salários não verdadeiros, de deturpação de emendas. Eu espero que nesta

semana possamos na composição de todos os partidos, mostrar que este Parlamento, na efervescência desta Casa, procura cumprir com o mandato popular que nos foi outorgado. E venhamos em conjunto transmitir, à opinião pública, a verdadeira face deste Parlamento e dos Parlamentares que aqui estão, preocupados no dia a dia com o trabalho de recomposição do tecido desgastado da sociedade brasileira em que vivemos.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado.

Quero também reforçar as suas palavras no momento em que exalta o trabalho maravilhoso, em termos de compreensão, de Sua Excelência, o Governador do Estado, por ocasião da mensagem encaminhada à esta Casa referente ao aumento do funcionalismo público. Tive realmente a oportunidade de fazer nas primeiras horas da tarde de hoje, no Pequeno Expediente, uma saudação a Sua Excelência o Governador, reportando a alegria de todo o sistema de segurança pública do Estado do Paraná, em especial o nosso onde eu sou egresso da Polícia Militar.

A compreensão que o governador teve em reativar o risco de vida, desativado no passado por um Governo que eu me permito aqui, não declinar o nome para não me incomodar, que, insensibilizado, desativava da folha do Policial Militar para investir em outras áreas de interesse próprio. Sensibilizado o Governador foi por todos nós e em especial, por este Deputado, deu à Polícia Militar o índice na razão de 119%. Veja, prezado companheiro, o quão dignificante isso representa para todos nós.

Está de parabéns a Polícia Militar, a comunidade e em especial, o nosso querido Governador, o qual mais uma vez cumprimento, satisfeito e contente por essa atenção especial que ele teve.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado pelo aparte. Só usei a tribuna, principalmente, para justificar porque votamos contra as emendas oferecidas em Plenário para aumento do servidor. Por que sabíamos que o Governador estava analisando o comportamento da Receita do Estado para o próximo ano para poder compor, digo, propor, dentro da capacidade orçamentária, o aumento que o Estado pudesse arcar, sem o risco de, no final do mês não poder pagar a folha.

Concedo aparte ao Deputado José Alves.

O Sr. José Alves - Deputado Caíto Quintana, nós estamos acompanhando o seu pronunciamento e também estamos felizes e

queremos parabenizar o Senhor Governador, pelo grande aumento que deu, um dos maiores, até hoje, à Polícia do Estado do Paraná. Queremos parabenizar o soldado, esse que é tudo na nossa segurança, pelo aumento que teve. Estamos enriquecendo o seu pronunciamento dizendo que estamos alegres e felizes também, porque a Polícia do Paraná uma das que menos ganhava na Federação, hoje, com esse aumento, já tem o seu salário quase equiparado com a Polícia do Estado de São Paulo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Consulto a Liderança do PT.
Ausente.
Consulto a Liderança do PFL.
Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhor Presidente. A imprensa do Paraná insiste em divulgar valores exorbitantes, irreais que os Deputados estaduais vêm recebendo, e a respeito do assunto, a Bancada da Frente Liberal deverá fazer publicar hoje, ou tornar público o seu posicionamento acerca do assunto, que todos sabemos da repercussão nefasta, negativa que alcançou todos os cantos do Estado.

A nossa Bancada deixa de divulgar a nota redigida por ela, ainda hoje, tendo em vista, decisão da Comissão Executiva, reunir-se logo mais ao término dessa sessão, com as Lideranças das Bancadas com representação nesta Casa para falar e discutir sobre o assunto. Mas, Senhor Presidente, enquanto os Deputados e a mesa desta Casa, procuram esclarecer à opinião pública do que realmente acontece e vem acontecendo sobre o assunto, nós por outro lado assistimos discursos que não têm outro objetivo senão o de repercussão política demagógica a exemplo do que aconteceu ontem na Cidade de Maringá, com a presença do Senhor Governador do Estado, quando o Prefeito daquela Cidade, solicitou ao Senhor Governador do Estado que gestionasse, articulasse, e que providenciasse junto à Assembléia o reexame das atitudes, dos atos do Poder Legislativo que elevaram seus vencimentos ao exorbitante valor de Cz\$ 450 mil mensais. Lamentavelmente, inclusive, o Senhor Prefeito de Maringá, acreditar numa inverdade, pior ainda, o Senhor Governador do Estado em resposta ao discurso apelo do Senhor Prefeito Said de Maringá, disse que ele o Governador do Estado não age assim, ele promove a dignidade do exercício da coisa pública e que os Políticos estão irremediavelmente desmoralizados, que ele trabalha para a credibi-

lidade da classe política enquanto outros fazem o contrário, desmoralizam a classe política, esquece o Senhor Governador do Estado que não é só ele que tem passado político neste Estado e neste País.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Em seguida.

Como ele, muitos outros políticos deste Estado têm hombridade e dignidade, porque aqui estão há muitos anos, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembléias Legislativas no Senado, no Congresso, muitos homens aparecem honrando a classe política e atividade pública. Portanto, Senhores Deputados, entendo da maior necessidade a reunião das Lideranças das Bancadas nesta Casa, com a Comissão Executiva, para que se defina e se esclareça de vez, a opinião pública acerca do comportamento dos Parlamentares nesta Casa, e da Comissão Executiva, responsável pela Administração e a gerência das coisas. (inaudível).

Tem a palavra o Deputado Antônio Bárbara.

O Sr. Antônio Bárbara - Deputado Basílio Zanusso, quero parabenizá-lo pelo seu discurso, mencionando o nome da nossa Cidade de Maringá, e esse discurso que está hoje no "Correio de Notícias". Estranho o fato do Prefeito Said Ferreira estar preocupado com aquilo que o Deputado ganha nesta Casa e estar alegando despesas que tem o Deputado. Mas, no discurso que o Senhor Said Ferreira, Prefeito de Maringá, fez, ele esqueceu de mencionar que no seu gabinete, ele destinou uma verba aproximada de 158 milhões de cruzados; esqueceu também, aquele Prefeito, de dizer que criou a URBAMAR de Maringá, e que tem 4 Diretores, mais quatro funcionários, que já fizeram mais de 200 viagens de avião, com inúmeras diárias nesses hotéis, sem, até hoje terem prestado um serviço sequer à comunidade maringaense. Esqueceu o Prefeito de dizer que é o que se fala em voz alta em Maringá, o que ele sonega no frigorífico dele, por dia, daria para cobrir o salário de um Deputado, por mais de um ano. O Prefeito Said Ferreira está longe da verdade, porque se ele está defendendo o povo, o exemplo deve sair dele e daquela Prefeitura.

Eu lamento que isto esteja acontecendo, ainda mais partindo daquele Prefeito.

Agradeço o aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Basílio Zanusso traz à dis-

cussão desta Casa um assunto por demais importante, porque o que nós temos visto na imprensa é o desgaste da classe política. E nós, quando Vereador em Curitiba, sempre mantivemos uma posição de total independência, não aceitando determinadas maneiras, determinadas formas, às vezes até ultrapassando o limite no benefício ao Parlamentar.

É importante que esta Casa reveja esta posição, porque não podemos aceitar que Sua Excelência o Governador do Estado vá nas suas caminhadas pelo interior também dizer que lamenta o salário dos Senhores Deputados. É preciso que esta Casa saiba, que é formada pela maioria do PMDB, e esta maioria é que toma decisões. É preciso que nós Parlamentares da Oposição tomemos consciência desta situação e vamos rever esta situação e tomar as providências porque, caso contrário, estaremos todos nós desacreditados perante a opinião pública.

Isso não pode acontecer, principalmente envolvendo os homens de bem deste Paraná.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência permite um aparte?

Deputado Basílio Zanusso, eu sinceramente não gostaria de falar sobre o assunto, mas já que Vossa Excelência faz uma crítica inclusive, ao Governador do Estado, que tem o apoio do Deputado Antônio Bárbara na crítica ao prefeito de Maringá.

O mais lamentável Senhor Líder do PFL, é que Deputados desta Casa, inclusive da Bancada de Vossa Excelência, estejam indo para a televisão e o mais lamentável é dizer que desconhecem o quanto ganham. Ou coloca para o opinião pública um salário que não é real, quando deveríamos estar discutindo outros assuntos na sessão de hoje.

Mas, quando um Deputado vai por duas vezes diante das câmaras de televisão para todo Paraná e reafirma que ganhamos aquilo que na realidade não ganhamos, aí está o ponto lamentável. Aí está a mentira colocada, à disposição da população toda, porque onde temos ido a conversa é uma só, é o salário do Deputado. Porque um Deputado, 2, 3 desta Casa, foram para a televisão e já ouvi Deputados aqui dizerem que não sabem o quanto ganham, mas não deixam um centavo na conta. Já ouvi Deputado dizer que na realidade estamos ganhando os Cz\$ 450 mil anunciados, e depois diz que não sabia direito. Não sabia porque não sabe fazer conta. Lamentavelmente é esse o detalhe.

E, evidentemente, não quero defender o Prefeito de Maringá com o qual estive apenas uma vez até hoje; nem defender no ca-

so, a posição do Governador Álvaro Dias, mas se um Deputado afirma que esse salário mentiroso é o nosso salário, evidentemente toda a população acredita.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Antônio Annibelli passa a Presidência ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A mesa informa ao nobre Deputado que está esgotado o seu tempo. Conceda-lhe um minuto para Vossa Excelência encerrar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Tem o aparte o Senhor Deputado David Cheriegate.

O Sr. David Cheriegate - Como o ilustre Líder do Governo me agrediu há poucos minutos, eu gostaria de dizer e esclarecer nesta oportunidade, que as afirmações que fiz perante a imprensa do Paraná foi justificada, inclusive, no meu contracheque do mês de novembro. Portanto, foi o que o meu gabinete durante este mês, e não existe nenhuma inverdade nas minhas afirmações ainda que eu tenha tido o cuidado de em momento algum agredir ou acusar qualquer companheiro desta Assembléia Legislativa. A única coisa que eu fiz, porque acho que é um direito pessoal que tenho, de encaminhar ao Presidente da Assembléia Legislativa um requerimento onde solicitei à Executiva desta Casa que não repasse ao meu gabinete o cálculo da verba de representação por OTN e muito menos à verba de representação aprovada pela Emenda Antônio Annibelli.

É isso que eu queria dizer Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Só para encerrar Senhor Presidente, para dizer que faz bem a esta Casa em esclarecer de vez à opinião pública, porque não podemos, todos nós, estarmos sob suspeitas de que somos maus políticos, mau caráter, que ninguém tem passado, que todos trabalham aqui para desvalorização do político, porque nós aqui a exemplo de tantos outros, estamos há anos, há várias legislaturas cumprindo, não só com o dever constitucional do nosso mandato, mas acima de tudo com honra, dignidade sobreposta por nenhum outro político do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDS.

Ausente.

Estando ausente consulto a Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. Com a palavra o Senhor Deputado

Rafael Greca.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só para registrar a presença do Deputado Constituinte Renato Bernardi que está visitando os Deputados Estaduais e esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Deputado Constituinte Renato Bernardi.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje no depoimento do Senhor Juarez Elias Saru na CPI do Banco Del Paraná, ainda uma vez nós ficamos vendo porque tem razão o Jornal "Estado de São Paulo", quando diz em sua manchete na edição de domingo que o povo precisa tomar o poder por eleições gerais.

Efetivamente, segundo o que o Senhor Juarez Saru declarou na CPI, se é verdade, o que norteou a sua intervenção naquela CPI, o dito Banco Del Paraná serviu como uma espécie de agência paralela para o Governo anterior consumir operações, de todo, condenáveis. Operações estas muitas vezes usadas no interesse eleitoral.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência ratificasse o seu pedido para que houvesse ordem na Casa para que o nobre Líder do PDT Rafael Greca possa colocar o pensamento da nossa Bancada em assuntos importantes que dizem respeito ao Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede atenção para o orador que está na tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, para vender os imóveis abjudicados do Banco Del Paraná, o Senhor Antônio Peres arrematou no dia 9 de abril de 1984, um imóvel na Cidade de Recoleta, e o pagou com outro imóvel no valor de 2 milhões, 410 mil guaranis e o readquiriu no dia 31 de maio de 1985 por 10 milhões e 500 mil guaranis. Isto é, o mesmo banco, um ano depois, 365 dias depois, colocou e aceitou em pagamento o mesmo imóvel desvalorizado após 360 dias, sem juros. Esta operação foi autorizada pelo Senhor Lírio Bertolli.

No mesmo depoimento do Senhor Juarez Saru vem uma outra afirmação da retirada de 9 milhões, 999 mil e 999 guaranis, aproximadamente 25 mil dólares a pedido de "el mismo", como diz o próprio livro negro. E, segundo o Senhor Juarez Saru, um depósito feito pelo filho do Senhor Lírio Bertolli, no dia seguinte, no valor de 10

milhões de guaranis, isto é, um guarani mais do que os 9 milhões 999 mil 999 guaranis que foram retirados pelo Diretor para uso de si mesmo. Este depósito foi feito na Agência da dita Cidade de Laranjal. Muitos bens imóveis abjudicados não tinham sequer existência física, seriam esta espécie de terrenos no céu, que numa época ainda antes da Reforma Protestante, alguns padres inescrupulosos, saíam pelos vilarejos e aldeias, vendendo para os aldeões.

Há a notícia, segundo Senhor Juarez Saru, de um certo imóvel listado pelo Senhor Fachini de 2000 m2, e que na conferência, na peritagem, passou a ter, depois apenas 700 m2, ou seja, perdeu, simplesmente 1.300 m2.

Há também a notícia, trazida pelo Senhor Juarez Saru, de um certo engenheiro avaliador, que subia num avião, e por vista aérea avaliava os imóveis para uso do Banco. Devia este engenheiro ter, certamente, excelente olho clínico, para fazer avaliações por vista aérea.

E, há também, por último, a notícia de uma operação de uma firma chamada IMPAGÁS, uma firma engarrafadora de gás, operação esta, solicitada pessoalmente, por telefone pelo Senhor General Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Paraguai, o General Fretes Dávallos, ao Senhor Juarez Saru. Esta operação teria sido barrada pelo Senhor Juarez Saru, que, segundo as suas palavras textuais, quase foi triturado pelo Senhor Lírio Bertolli, e depois recebeu do Presidente do BANESTADO, Dr. Campos Hidalgo há época do Governo José Richa, uma admoestação dizendo "Não podemos contrariar um General". Ao que o Senhor Juarez Saru teria obtemperado: "Mas eu, Senhor Presidente, não sou um General, mas um soldado do BANESTADO". Pois é, esta operação foi paga sempre na Agência de Euzébio Ajallia, e parece que se consumou sem maiores problemas.

Sobre a venda do Banco Del Paraná, que esta Assembléia acabou de autorizar, nós temos a observar duas coisas: talvez seja bom o BANESTADO manter um ou dois braços no exterior, mas como Agências fiscalizáveis pelo Tribunal de Contas do Estado. Parece que os custos dos investimentos já foi zerado. Parece que a venda é um bom negócio bancário e vai engordar o balanço, que dizem ser um pouco debilitado do BANESTADO, atualmente. No entanto, há que se observar o seguinte: - Não se faça com esta venda o que fez o marido traído, que, sabedor do adultério, e que o adultério tinha ocorrido num dado sofá vermelho, que tinha ele com sua mulher traidora, na sala da sua casa, ao invés de mandar embora a mulher, ou ao invés de procurar a justiça, procurar o divórcio, ou procurar à maneira

antiga e machista, punir o que provocou a traição e a mulher traidora, simplesmente, este pobre marido, ostentando a sua galharda, mandou vender o sofá.

Tem o Presidente da CPI do Banco Del Paraná o aparte que me solicitou.

O Sr. Caíto Quintana - Fui eu que pedi, nobre Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Foi o Líder do PMDB. Por favor, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Eu só quero ressaltar no seu pronunciamento a importância de um governo que quer apurar os fatos. Porque indubitavelmente a CPI foi aprovada pela Bancada Majoritária desta Casa, pela intenção que tem o governo do Estado do Paraná em apurar os fatos denunciados. Só me preocupa um coisa Deputado Rafael Greca, e eu tenho certeza que Vossa Excelência, que tem um profundo equilíbrio, há de me compreender. Depoimentos prestados na CPI não deveriam ser utilizados como base para pronunciamento nesta Assembléia, antes da conclusão final da CPI, sob pena dos próprios depoentes da CPI, pela exploração dos seus depoimentos se inibirem de prestar o depoimento, e até mesmo porque pode qualquer pessoa prestar um depoimento falso na CPI, fugindo da verdade, e nós estamos dando ressonância a ele.

Me preocupa muito se a CPI da Corrupção começar, antes da sua conclusão, explorar os pronunciamentos dados lá dentro. No resto, é um direito seu.

O SR. RAFAEL GRECA - Só para concluir, Senhor Presidente.

Senhor Líder do Governo, efetivamente os depoimentos não deveriam ser usados na tribuna. No entanto, nós vimos a necessidade de discutir a venda do Banco, e essa preocupação de que a venda do banco sepulte de uma vez por todas os crimes cometidos do outro lado do rio Paraná me leva a trazer alguns fatos de verdade factual a partir dos depoimentos.

No entanto, veja Sua Excelência que eu tive o cuidado de colocar todas as coisas no tempo condicional de verbo, jamais dando à testemunha depoente a absoluta razão ou absoluto domínio da verdade, senão enunciando a sua versão. No entanto, ainda baseado no que declarou o Dr. Finardi, de que os funcionários do Banco do Paraná não se locupletaram neste episódio.

E ainda baseado na idéia do governo de Álvaro Dias ter demitido o Senhor Juarez Saru sem justa causa; o Governador na época, reclamou que a demissão houvesse sido sem justa causa, mas ficou tudo na manchete do Jornal. Quando o Jornal foi embru-

inhar peixe no mercado, acabou a irritação ou a perplexidade do governador.

E, baseado nesses dois fatos, eu resolvi contar alguns fatos de verdade factual aqui, inclusive porque os novos depoentes precisam saber do que foram acusados, para que tragam a sua versão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Erondy Silvério e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Representação desta Casa, nas cerimônias fúnebres do Senhor Prefeito Municipal de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Comissão será chefiada pelo Senhor Deputado Antônio Annibelli. A Mesa solicita às Lideranças que indiquem os membros que comparecerão ao enterro.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Até porque no final da sessão, eu gostaria de indicar pela Liderança do PMDB o companheiro Pirajá Ferreira.

O SR. RAFAEL GRECA - E eu indico pela Liderança do PDT o companheiro Algaci Túlio.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela Liderança do PTB eu indico o Deputado José Alves.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Está assim constituída a Comissão, ficando as demais Lideranças com direito de indicar seus representantes após a sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência à Mensagem Governamental nº 123/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição nº 47/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei nº 336/87, de Lei Complementar nº 306/87, de Lei nº 236/87, de Lei Complementar nº 101/87 e de Lei Complementar nº 307/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 328/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para a Proposição nº 040/87. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Da Proposição nº 047/87, oriunda do PARECER FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição sobre Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 38/87) que objetiva alterar o Art. 147 de Carta Estadual. (O Governador perceberá subsídio igual ao vencimento e vantagens do Presidente do Tribunal de Justiça. E, do Vice-Governador, fica fixado em 2/3 do que é pago ao Governador). EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sempre tive a convicção que, ao homem público não é dado a faculdade da hipocrisia, como nós temos verificado nesta Casa, que, eminentes Senhores Deputados, assinam Proposição de elevação da Verba de Representação, depois, vão à televisão, passam por cima das suas assinaturas e acabam dizendo que não recebem; outros, criticam o aumento de vencimentos e são os primeiros a correr aos "guichês" da Tesouraria, para receberem o seu dinheirinho.

Então, eu sou contra, Senhor Presidente, parcialmente, a esta Emenda à Constituição, encaminhada através de Mensagem 38/87, do Senhor Governador Álvaro Dias e, como é uma Emenda à Constituição e já não existe mais prazo de Emendar a Mensagem Governamental, separando os dois assuntos, que, o Senhor governador do Estado na mesma Mensagem extingue as pensões dos ex-Governadores e equipara os vencimentos, os subsídios do Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, e fixa, também, em 2/3 do que percebe o Governador, os proventos da Vice-Governadoria.

É evidente que nós votamos prazerosamente na segunda parte da Mensagem, não vemos porque o Senhor Governador do Estado perceba mais do que o Presidente do Tribunal de Justiça, e vice-versa; entretanto, com relação à pensão dos ex-Governadores e

que a Casa vai votar por unanimidade, eu sei, porque alguns Senhores Deputados que eu consultei temem ficar mal vistos perante a opinião pública, então preferem fazer como o avestruz, enterrar a cabeça na areia até que passe a tempestade!

Eu sou, Senhor Presidente, contra a primeira parte da Mensagem, infelizmente não pode ser dividida, mas eu apresentarei, na Nova Constituição, um trabalho nesse sentido, restabelecendo a pensão dos ex-Governadores de Estado, e defenderemos, com a mesma ênfase com que nós defendemos na oportunidade, a manutenção do FEPPA, a manutenção da aposentadoria dos Senhores Deputados não, com um mandato só mas, depois de um determinado número de mandatos exercidos em favor da coletividade.

Acho que as civilizações mais adiantadas, mais cultas, instituíram a aposentadoria de ex-Presidente e de ex-Governadores, num pressuposto: de que o cidadão exerça o seu mandato, com dignidade, com lealdade e acima de tudo, com a honestidade!

Lamentavelmente, no Brasil a regra é que, os Governantes, sejam corruptos, e a exceção são os honestos! Eu acho que dentro dessa concepção é que o Governador Álvaro Dias mandou a Mensagem, mas ela é profundamente injusta, porque o Governador, o cidadão que passa por 5 anos, exercendo a Governadoria com lealdade e se constitui no guardião dos dinheiros públicos. Se ele exerce o seu mandato com dignidade, com decência, é evidente que ao término de 5 anos, quando ele retornar às suas atividades particulares, ele está com a sua vida particular totalmente tumultuada e vai sofrer ainda os reflexos daquele longo período que passou a serviço da comunidade, empresatando o seu carácter, a sua inteligência, o seu trabalho, a sua lealdade, à causa pública. Por isso as sociedades mais avançadas, mais cultas, instituíram a pensão-vitalícia para os ex-Presidentes e os ex-Governadores, nós vemos isso em todos os países de cultura mais avançada.

Eu não vejo porque o Governador Álvaro Dias deva extinguir essas pensões, ele poderia para o seu período abrir mão, consignar em favor do tesouro do Estado, como faz o ex-Governador Jayme Canet Júnior que consigna em favor do Tesouro do Estado, a sua aposentadoria, porque ele não precisa, e ninguém mais do que Jayme Canet Júnior exerceu com lealdade o seu mandato, um dos Governadores mais dignos da história do Paraná, ninguém mais do que ele fazia jus à sua pensão de ex-Governador. Entretanto, por um dever de consciência, ele consigna essa importância em favor do Tesouro do Estado. Da mesma forma poderia agir o Senhor Governador Álvaro Dias, mas eu acho

que não cabe o direito de extinguir esta pensão. É parte do pressuposto de que o Governador, é um homem que não se envolve com o "cambalacho", com a corrupção, o que lamentavelmente são poucos no País, e uma das exceções é exatamente o Governador do Paraná, que é um homem digno, um homem decente, como nós temos outros Governadores no meu ver o da Bahia atualmente, e não sei se escapa mais alguém.

Então, nós partindo desse pressuposto, Senhor Presidente, votaríamos contrariamente, mas como não há condições de separar os dois assuntos, da mesma Emenda, nós vamos votar mas com essa ressalva, que na elaboração da nova Constituição, nós apresentaremos uma emenda, a nossa Comissão aqui encarregada da elaboração ao Anteprojeto de Constituição, regulamentando a concessão de pensão a ex-Governadores, que é absolutamente justa e eu não tenho nenhum receio de repercussões negativas junto ao eleitorado, mesmo porque eu não cultivo o triste exercício da hipocrisia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está aprovado Deputado, por unanimidade.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 336/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 118/87, que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Consulta a Presidência qual é o projeto de lei que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Projeto de Lei n. 336/87.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação, aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Eu encargo da Presidência, como alterou a ordem do Diário da Assembléia, que para facilitar se digne enunciar os projetos que estão sendo votados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa procurará ser mais clara.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 306/87, que objetiva alterar os dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 77/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com autonomia administrativa financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental denominadas Escolas de Músicas e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Fundação Musical do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, sub-emenda da emenda n. 02, constante do expediente, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA DA EMENDA N. 02 AO PROJETO DE LEI N. 236/87

Art. 1º - O artigo 6º da Emenda n. 02, fica acrescido de Parágrafo Único e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O Regulamento aprovado por decreto, fixará a organização, vinculação, atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para o pleno funcionamento da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, respeitando as disposições legais cabíveis.

Parágrafo Único - O Regimento será elaborado por Comissão, com participação de membros de ambas as Escolas integradas, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, atendendo aos requisitos exigidos pela legislação própria.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

João Arruda, Vera Agibert, Basílio Zanusso e Antônio Annibelli.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra o nobre Deputado para encaminhar a votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Trata o presente Projeto de Lei da instituição de uma Es-

cola de Música e Belas Artes do Paraná unificada, qual seja, é a união da velha Escola de Belas Artes que existe em Curitiba desde os idos dos anos 40 com a Faculdade de Educação Musical que funciona, em Curitiba, no prédio do antigo internato Menino Jesus na esquina da Rua Almirante Barroso com a Rua Paula Gomes.

Essa segunda escola, salvo se não me engano, criada no Governo do Dr. Paulo Pimentel, uma e a outra escolas unificadas, elas darão à comunidade cultural do Paraná a possibilidade de contar com um organismo ágil sem que se perca a tradição da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

O presente Projeto de Lei vai merecer a aprovação desta Bancada do PDT e eu imagino que deva merecer a aprovação da bancada unânime dos Senhores Deputados, no entanto, com a ressalva de que permanecem absolutamente precárias e deixando muito a desejar as instalações da Escola de Música e Belas Artes e da Faculdade de Educação Musical do Paraná. Uma e a outra escolas ainda estão com instalações extremamente precárias. Tanto assim que, enquanto se dá aula da história da arte numa sala, no armário caríssimo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, exatamente no armário, atrás do quadro negro, uma outra pessoa faz aula de "tuba" ou de corneta. De maneira que pode parecer hilariante mas é extremamente detestável que sucessivos governos tenham se levantado com a idéia de dar a essa Escola de Belas Artes uma sede e, no entanto, nenhum dos Governos até hoje tenha providenciado esta sede digna e conveniente.

No Governo Ney Braga, mais especificamente no final do Governo Ney Braga, foi adquirido um conjunto de imóveis históricos no setor histórico da cidade, perto da igreja da Ordem, qual seja, imóveis do lado esquerdo de quem sobe a Rua Mateus Leme em direção à Igreja da Ordem, e esses imóveis até hoje permanecem belas ruínas, depois de terem servido durante um tempo já quando eram de propriedade pública, para comitê do Senhor Deputado Santinho Furtado, candidato do PMDB à Câmara Federal. Um desses imóveis chama-se Casa Busmann, é uma antiga Casa da cidade de maior importância e merecia ser recuperada, inclusive há um projeto do escritório do Arquiteto Manoel Coelho, que já foi pago pelos cofres públicos para a EMOPAR para se fazer no setor histórico da cidade a digna e conveniente sede da Escola de Música e Belas Artes da cidade.

Eu levei pessoalmente este projeto ao Secretário Fernando Ghignone, quando da transição do Governo Jayme Lerner, para a administração do Senhor Maurício Fruet e para a administração José Richa. E o Senhor Secretário da Cultura, na época, pro-

meteu cuidar deste projeto pessoalmente. Passou-se o tempo e até agora a escola permanece engavetada e o projeto pago. Seria bom para a cidade, seria bom para o Governador Álvaro Dias e seria bom para o Estado, que além da unificação funcional das duas Escolas se desse um novo impulso quanto as condições físicas de funcionamento destes estabelecimentos, para que não passe este Projeto por uma mera disputa de cargos e de sinecuras mas seja efetivamente o estímulo à arte, à música e à expressão cultural que todos nós desejamos para o Estado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Emenda número 1 foi retirada pelo autor.

Emenda número 2, 2.^a Discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu requeiro que seja enunciada Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. - APROVADA.

Em votação a Emenda n° 03. Em votação. Aprovada.

Emenda n° 04. Sobre a Emenda n° 04 de autoria do Deputado Anibal Khury, há uma sub-emenda. A Emenda do Senhor Deputado Anibal Khury, fica alterada onde houver a denominação de Escola de Música e Belas Artes do Paraná, para Escola Superior de Artes do Paraná. Emenda do Deputado Basílio Zanusso para Escola Superior de Belas Artes do Paraná. Em votação. Aprovada. Sobre a emenda do Deputado Anibal Khury.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu gostaria de registrar o meu voto contrário, Senhor Presidente, porque entendo que, historicamente, a denominação Escola de Música de Belas Artes devesse prevalecer.

Em votação a Emenda n° 02 em 3.^a Discussão. Aprovada.

Em votação a emenda n° 04 em 3.^a Discussão. Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 101/87, de autoria dos Deputados JOSÉ FELINTO e ANIBAL KHURY, que altera dispositivos do anexo I, de que trata o Art. 290, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 65, de 11.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 101/87

PARECER:

De autoria dos Nobres Deputados José Felinto e Anibal Khury, o presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar dispositivos do Anexo I, de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

Com se pode notar na própria justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa, melhoria do atendimento da polícia à população necessitada de seus serviços.

Estudando o art. 25 da Constituição Estadual, vê-se que a matéria do Projeto de Lei em questão é de competência pessoal do Chefe do Poder Executivo. Contudo, já é de entendimento pacífico, confirmado pela abundância de precedentes de relevante questão social (tal como é a matéria em tela), que a sanção governamental sana o eventual vício de origem.

Portanto, não há sob este aspecto, óbice impeditivo.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei nº 101/87

PARECER:

Com o presente plano de lei, os seus autores, Deputados José Felinto e Anibal Khury, objetivam sejam alterados dispositivos do Anexo I de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, no que diz respeito ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

Sob o crivo da douta Comissão de Constituição e Justiça, dela mereceu parecer favorável, ficando reconhecido, todavia, que a matéria é da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme estabelecido na Carta Magna Estadual, (art. 25, § 1º - letra "b").

Ressalta, ainda, aquela Comissão, a existência de inúmeros precedentes sobre o mesmo procedimento, cujos vícios de origem, foram devidamente corrigidos com a "sanção governamental".

Sob a mira e ângulo desta Comissão de Finanças, o projeto se reveste de meritório alcance social, oportunizando àqueles que foram habilitados em concurso e que dependem da existência de vagas, sejam convocados para assumir a respectiva função, de acordo com a Lei Complementar citada no preâmbulo deste parecer.

Eis que, assim entendida a matéria, damos parecer favorável, opinando pela

consequente aprovação.

É o parecer, subcensura.

Sala das Comissões, em 19.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar)-

Esta Liderança, Senhor Presidente, ao se associar ao seu Projeto e também do Deputado José Felinto, o seu mérito lembra a Assembléia que trata-se de um Projeto que, flagrantemente, se intromete no poder do Senhor Governador. No entanto, nós louvamos da Assembléia a independência em aprová-lo. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Solicito que Vossa

Excelência faça registrar nos Anais da Casa a presença do Ilustre Deputado Alceni Guerra, Presidente do Partido da Frente Liberal no Paraná e membro da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra, com satisfação a presença do Deputado Alceni Guerra, do Partido da Frente Liberal.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 307/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 102/87), que objetiva acrescentar Parágrafo Único ao art. 4º da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, dispondo que, verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegado Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no Quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 124, de 28.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 307/87

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar nº 307/87, ora em exame, originou-se da Mensagem Governamental nº 102/87, que propõe o acréscimo de Parágrafo Único, ao artigo 4º, da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983. (Cópia em anexo).

A Lei Complementar nº 19, acima citada, altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado).

A adição do parágrafo aqui proposta é de relevante significado, uma vez que

atende a altos interesses da Polícia Civil do Estado e visa corrigir distorções da Lei Complementar nº 19, a qual determina em seu art. 2º, idem IV e art. 4º, que os ocupantes das carreiras policiais, quando atingirem o final da carreira, sejam compulsoriamente aposentados ou passem para o Quadro Suplementar, o que lhes acarreta perdas salariais significativas.

O próprio princípio de insonomia que deve haver entre carreiras similares, justifica a proposta, quando se verifica que na Polícia Militar do Estado há amparo legal para a continuidade do Comandante Geral e do Chefe do Estado Maior no exercício de seus cargos, enquanto for interesse do Governador.

Encontrando-se inserido dentro dos ditames constitucionais e regimentais, não apresenta o Projeto de Lei Complementar em apreço impedimentos que possam obstar sua tramitação, portanto nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei Complementar nº 307/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei Complementar é oriundo da Mensagem Governamental nº 102/87, e tem por objetivo acrescentar Parágrafo Único ao art. 4º, da Lei Complementar nº 19, de 29.12.83, dispondo que, verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegado Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no Quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade.

Sobre a referida matéria, a Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto legal e constitucional da mesma, constatou que o artigo 35 da Constituição Estadual, reza ser da competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de Leis que aumentem a despesa pública. Por outro lado, o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, que reza que compete privativamente ao Senhor Governador iniciar o processo legislativo das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos.

Ao procedimento de sua análise, por esta Comissão de Finanças, só encontramos aspectos meritórios, os quais os convencem plenamente da importância da medida.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável à aprovação deste Projeto de Lei

Complementar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 328/87, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 97/87, que objetiva autorização legislativa nos termos do Art. 21, inciso VIII, alínea "C" da Constituição do nosso Estado, para o procedimento da regulamentação de diversos lotes de terras devolutas, conforme a relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por INÁCIO BORATO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Da Proposição nº 040/87, oriunda do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO sobre Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan e outros, que altera o § 1º do artigo 160, da Constituição do Estado do Paraná, (§ 1º Promulgada a Constituição Federal, a Assembleia Constituinte compor-se-á em Comissões, para redigir e encaminhar o Projeto, de acordo com o Regimento especialmente criado para elaboração da nova Constituição"). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 272/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao § 2º do art. 73, da Lei Complementar nº 02, de 18.06.73, conforme especifica (a verba de representação do Prefeito juntamente com o subsídio será fixada anualmente pela Câmara Municipal). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade, opinando pelo seu arquivamento. Em votação.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada, por dez sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 272/84. Aprovado. (Fica portanto, retirado por dez sessões, o Projeto de Lei Complementar nº 272/84).

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 235/86, de autoria da Deputada Irondi Fu-

gliesi, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DE MARUMBI - Ensino de 1º Grau, com sede no Município de Marumbi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 21/87, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CINECLUBES, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 094/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS DE RIO AZUL, com sede na Cidade de Rio Azul e foro na Cidade de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 145/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO DE RECUPERAÇÃO HERMON, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 159/87 de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Maringá - ADEVIMAR, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 187/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TAXI DE CURITIBA LTDA. - COOPER - TAXI - OBJETIVA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 189/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, a partir da próxima Legislatura, passando a contar com 17 (dezessete) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 195/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ESPORTIVA E CULTURAL PAPA JOÃO PAULO II, com sede e foro no distrito de Pinhais Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 211/87, de autoria do deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS de Xambê, com sede na Cidade de Xambê, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 233/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRANDES RIOS, com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 235/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Escola Agrícola TIA DALVA, com sede e foro no Município de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 237/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ANTIGOS E NOVOS - AMCAN, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 238/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a ESTÂNCIA LAR SANTA CRUZ, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 241/87, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede e foro na Cidade de Tupãssi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 242/87, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - ASSESP, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 244/87, de autoria do Deputado Acyr Mezadri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA

MOTA, com sede e foro em Adrianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 245/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ercílio Santinoni. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 246/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 87/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Paraíso do Norte, os lotes nº 3 e 4, da Quadra 68-A, com área total de 1.202,38m² e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 3351, no Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 248/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 251/87, de autoria do Deputado Basílio Zannusso, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, passando a contar na próxima Legislatura com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 253/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 89/87, que autoriza o Poder Executivo doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMBARÁ, o imóvel constituído da área de 528,00 m², havida pelo Estado, através da transcrição nº 1256, às folhas 195 do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 257/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOÃO BOSCO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 260/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA WESLEYANA,

com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 261/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a ANPARA - ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE RADIOAMADORES, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 264/87, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PADRE ULRICO, de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 265/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA TUPI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 274/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MIRINGUAVA - ASMIRIM, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 276/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO PARQUE INDUSTRIAL E VILA MACHADO PINHEIRINHO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 280/87, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO ALÍCIO DIAS DOS REIS, com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 282/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela e outros, que declara de Utilidade Pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 335/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratuidade do ensino em todas as instituições de ensino supe-

rior mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Para encaminhar) - O número do Projeto é 335, não é, Senhor Presidente? No momento, Senhor Presidente, em que o Senhor Governador institui a gratuidade de ensino em todas as instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná, nós pela Oposição reconhecemos um avanço com relação a situação do ensino no Paraná e nós fazemos votos que tal avanço se materialize também em se assegurando aos professores e as diversas instituições a digna e conveniente condição de funcionamento e de progresso. Não fique só na supressão das mensalidades, mas avance ainda mais o Estado do Paraná no sentido de privilegiar realmente o ensino superior.

De mais a mais vale registrar que esta Assembléia teve a coragem, nos idos de 1912 de criar a Universidade do Paraná contra todas as leis e contra todos os regulamentos federais em vigor nesta cidade de Curitiba.

Seria de bom tom que esta Assembléia e o Governo do Paraná também tivessem a coragem de se insurgir contra uma determinação federal obscurantista que é do Governo do Senhor José Sarney e que ainda está em vigor, que proíbe a criação de novas Universidades e de novas Faculdades no território nacional.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - Em votação as emendas...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) -

Ainda para encaminhar o Projeto de Lei. Senhor Presidente, fazendo coro às palavras do Senhor Deputado Rafael Greca, esta Casa vota Mensagem do Senhor Governador do Estado que a partir do exercício de 1988, do ano letivo de 1988, as Faculdades mantidas pelo Estado do Paraná não cobrarão mais mensalidades, ou melhor, o ensino será gratuito.

Além do nosso voto de louvor ao Senhor Governador pela iniciativa e pela coragem em manter as escolas de 3º grau gratuitamente aos seus alunos, e nos preocupa o fato de que o Estado, a União e os Municípios têm problemas seriíssimos com o 1º grau. Não só com o 2º, mas também com o 1º grau. E nós desejamos que o Estado do Paraná, com a iniciativa do Governador Álvaro Dias, encontre meios e encontre condições materiais para pôr em execução a sua proposta. Fica uma interrogação, que providências do Senhor Governador Álvaro Dias serão tomadas no decorrer do seu mandato com as demais Faculdades espalhadas por

todo o Estado do Paraná, o que vai criar, sem dúvida alguma, alguma animosidade, esta discriminação às Faculdades mantidas pelo Estado e o estudo de 3º grau gratuito. E as outras Faculdades, as Fundações municipais, particulares, privadas, espalhadas, estendidas por todo o Estado, como ficam esses alunos com os mesmos direitos, inclusive de cidadania?

Portanto, além do nosso voto em favor da Mensagem, as nossas congratulações ao Governo do Estado, nos preocupa e esperamos que sua Excelência tome providências futuras para regularizar da mesma forma e possibilitar a todo paranaense que frequentar o 3º grau nas escolas paranaenses de forma gratuita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 337/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.

Sobre a o referido Projeto, emenda aditiva de plenário de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 337/87

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos:

Art. ... - Fica criada a Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, resultante da incorporação das Faculdades: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas;

Art. ... - A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, constituir-se-á em Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, personalidade e capacidade jurídica próprias, autonomia didático científico, financeira, administrativa e disciplinar, com as exceções de que trata esta Lei;

Art. ... - A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu será dirigida por um Reitor e cada Faculdade por um Diretor, eleitos, o Reitor por um Colégio Eleitoral que assegure igualdade de valor de votos para cada uma das Faculdades; e o Diretor pela respectiva Faculdade;

Parágrafo Único - Deverá ser obedecida a Legislação Estadual que trata da composição do Colégio Eleitoral;

Art. ... - Os mandatos de Reitor e Diretores serão de quatro anos, vedadas duas eleições consecutivas;

Art. ... - Para a criação de novos cursos e faculdades, será indispensável a autorização prévia do Poder Executivo, obedecendo as normas vigentes;

Art. ... - Para proceder às medidas de incorporação das Faculdades na nova Universidade, será constituída uma comissão instituidora composta pelos Diretores das Faculdades incorporadas, bem como um representante do Poder Executivo e um da Prefeitura Municipal de União da Vitória, à qual competirá:

I - Elaborar o anteprojeto de Estatuto da Universidade e submetê-lo à aprovação e caráter intertemporal, pelo Chefe do Poder Executivo, com publicação em Diário Oficial, bem como no cartório do registro civil da comarca.

II - Praticar atos necessários à consolidação das incorporações até a aprovação da Universidade pelo Conselho Estadual de Educação e respectiva homologação.

Art. ... - Serão respeitados os organismos das unidades incorporadas até a elaboração da nova previsão orçamentária para a nova entidade que entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Art. ... - O Patrimônio e a receita das Unidades incorporadas, afora o que o Estado vier a destinar, se constituirão de patrimônio e receita da Universidade ora criada.

Art. ... - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

*(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI e ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Raul Lopes.

Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está vivendo, sob a égide da administração do Senhor Governador ÁLVARO DIAS, o início de uma nova fase de desenvolvimento caracterizado por planos de trabalho bem definidos para o crescimento do Estado como um todo.

Neste contexto, portanto, não poderá jamais ser deixado à margem o segmento educacional, pois é aí que estamos forjando a nova cidadania, os novos paranaenses que irão desempenhar o grande papel na renovação que almejamos em busca da consolidação do nosso Estado.

É com este espírito que nos propusemos elaborar este Projeto de Lei, atendendo às reivindicações da comunidade acadêmica de União da Vitória e de toda a região do Va-

le do Iguaçu, historicamente angustiada na esperança desta iniciativa.

Milhares de jovens vivem hoje, se não à beira da frustração e da desesperança, pelo menos na angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para seus sonhos e idéias de servir a terra natal.

Para devolver a fé e a esperança nas propostas de renovação, uma das mais justas aspirações é a criação e imediata implantação da Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, com sede em União da Vitória.

Entendemos oportuno enumerar alguns tópicos sobre a realidade do ensino de 3º grau na região.

A Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, foi criada pela Lei nº 3001 de 22 de dezembro de 1956 (xerox anexo). Possui 06 (seis) cursos de licenciatura: História, 40 vagas; Pedagogia, 66 vagas; Letras, 60 vagas; Geografia, 60 vagas e Ciências, Licenciatura de 1º Grau, 40 vagas e Licenciatura Plena em Matemática mais 40 vagas. É a mais antiga Faculdade Estadual do interior.

A Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, foi criada pela Lei Municipal nº 947/74, de 19 de setembro de 1974 (xerox anexo) e possui dois cursos: o de Administração, com 160 vagas e Ciências Econômicas, 160 vagas; o Município subvenciona parte da folha de pagamento, sendo o restante arrecadado através de mensalidades dos alunos; possui prédio próprio utilizando 70% de sua capacidade durante o dia e permanecendo completamente ocioso à noite, podendo perfeitamente abrigar outros cursos a serem criados no futuro como Agronomia e Veterinária, antiga aspiração da comunidade da região.

Agora o grande movimento em toda a região é a unificação da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas.

O atendimento dessa reivindicação, a qual avalizamos, viria não apenas dar condições para jovens de União da Vitória e municípios da região, como ainda ofereceria outra importante contribuição: a deficiência das instituições atuando de forma isoladas e a inexistência dos outros cursos (Agronomia e Veterinária) obrigam a que a juventude e seus familiares façam grandes sacrifícios para estudar em outros centros. E mais, uma parte considerável de jovens - recursos humanos de elevada potencialidade - acaba não mais retornando após a conclusão do curso, deixando de emprestar sua inteligência, seu conhecimento e seu trabalho ao Município e região, e em muitos casos ao próprio Paraná.

É preciso rever esta questão. É urgen-

te repensar esta situação. É necessário, acima de tudo, devolver aos jovens do Vale do Iguaçu a esperança em seus ideais de servir o nosso Estado. Só a Universidade tem condições de a isto acontecer.

União da Vitória, desempenha importante papel histórico na formação cultural de nosso Estado.

União da Vitória já provou que tem condições de seriedade e capacidade de sua gente para implantar a Universidade.

São justos os pleitos para os quais esperamos o apoio dos Senhores Parlamentares.

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é sobre o Projeto de Lei nº 337/87?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei nº 337/87, folhas 05 (cinco) do avulso.

Em discussão o Projeto e as Emendas.
Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a colocação das Emendas, por favor. São 3 (três emendas na Mensagem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai anunciar as Emendas.

Emenda de autoria do nobre Deputado representante do Oeste, Artagão Mattos Leão, já aprovada em 2º: "Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência a retirada da minha Emenda de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere.

Emenda nº 2 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No momento em que aprovamos o Projeto de Lei de autoria do Sr. Governador que institui gratuidade de ensino em todo o Estado do Paraná, que se cria a Universidade do Oeste, nós não poderíamos nos calar e deixar de trazer aqui mais uma vez os nossos parabéns à atitude deste jovem e dinâmico Governador Álvaro Dias.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que nesta Casa, em companhia do Deputado Nelson Vasconcellos, do Deputado Alexandre Ceranto, temos um compromisso com a nossa região, a Região Oeste do Estado.

Entramos com essa Emenda autorizando o Sr. Governador a criar sob a forma de fundação a Universidade do Oeste com sede em Umuarama, isto por quê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que se institui a gratuidade do Ensino de 1º, 2º e 3º graus, eu volto à Faculdade de Umuarama, onde a maioria dos seus alunos sem condições até mesmo de lá estarem, que se sacrificam, e sacrificam as suas famílias, para poder pagar as suas mensalidades.

Tantos outros jovens dos municípios da Região que sabemos deveriam estar estudando, até mesmo alguns fazendo vestibular e tendo sido aprovados, desistem pelas altas taxas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não estou fugindo da votação da nossa Liderança, porque eu não posso é fugir pelo dever que tenho de representar aqui minha Região, e se faço aqui essa Emenda é porque projetos já fiz. No dia 1º de agosto de 87 demos entrada nesta Casa com um Projeto de Lei. Sabemos, inclusive, da manifestação da Comissão de Constituição e Justiça com parecer contrário para apenas insistir. Mas vamos insistir porque aqui viemos para representar um povo, para representar uma Região. E a nossa Região como todas as outras regiões que ainda não têm uma universidade estadual, precisam ter porque vão, sem dúvida nenhuma, trazer problemas para nós que os representamos. Porque os nossos alunos não têm condições de manter aquelas faculdades que tem uma mensalidade mais elevada que o próprio salário mínimo.

Por isso gostaria, Sr. Presidente, de contar com o apoio dos companheiros para que possamos ter uma universidade.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente ficamos felizes.

Principalmente aqueles ou a maioria de nós que temos filhos nos bancos das universidades, e quando vi o Governador eu tive a oportunidade de dizer pessoalmente a ele: "Ficamos felizes quando o Governador do Estado cria a Universidade Estadual gratuita aqui no Estado do Paraná".

Mas como bem disse o Deputado Basílio Zanusso, nós também ficamos preocupados com a vida das pequenas faculdades que estão saneando todo o Estado do Paraná. E aí, então, acontece o que está acontecendo neste momento: uma corrida muito grande para que se criem novas universidades estaduais.

Nós estamos aqui como parlamentares voltados para os interesses populares, apoiando a criação de novas universidades. Seja a Universidade de Apucarana - e que foi engavetada, foi frustrada a sua vontade -, a Universidade do Oeste e outras

universidades que iam fazer com que o Estado do Paraná fosse um Estado rico em universidades. Que, ao invés de ser exportador de jovens para buscar o ensino superior lá fora, seja um Estado que conquista jovens de outros Estados para vir para as nossas Universidades. E que sejam cada vez melhores!

Mas eu diria que faria melhor, o Sr. Governador do Estado, se ele, ao invés de criar apenas a gratuidade nas Universidades Estaduais do Paraná, ou premiando algumas regiões com novas universidades gratuitas que, então, fizesse uma reforma universitária no Estado do Paraná dando oportunidade a todas as faculdades existentes de crescer, de se fortalecer, fazendo convênios, fazendo doações de importância e talvez até aumentar o custo das universidades estaduais que existem hoje. Mas fazendo uma distribuição uniforme de apoio ao ensino superior no Estado do Paraná. Aí então estaria o Sr. Governador dando oportunidade a todas as faculdades existentes a crescerem e se manterem, a desenvolverem um programa de acordo com a sua região. Fazendo com que as populações que habitam nas regiões mais próximas das faculdades ou então das universidades sejam beneficiadas em todo o Estado do Paraná. E não como existe hoje as Universidades Federais totalmente gratuitas, Universidade Estadual totalmente gratuita, embora seja bom e nós não somos contra tudo aquilo que nos agrada e que é grátis, mas nós nos colocamos no lugar daqueles que não podem buscar uma oportunidade nos bancos de uma dessas universidades e ficam pagando verdadeiras fortunas nas faculdades particulares que existem. E as próprias faculdades com os altos custos perdem a condição de sobrevivência.

Portanto, que nós lancemos nessa oportunidade a nossa mensagem de que o Poder Legislativo apoie a criação de novas universidades, mas também que apoie e dêem apoio às faculdades existentes para que possam prosperar e prosseguir com os seus trabalhos.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, já manifestamos aqui o nosso pensamento quanto a essa atitude extraordinária do Governador em propor ao Poder Legislativo que se institua a gratuidade de ensino superior em todas as instituições mantidas pelo Estado no Paraná. Também o Poder Executivo instituindo a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos sabem que para chegar na Assembléia Legislativa e transformar em Lei este projeto, foi um longo e penoso processo de

discussão, de organização regional, de encaminhamento e de negociação política. E entendemos que foi consolidado este projeto através da negociação política. Por isto manifestamos aqui que somos absolutamente favoráveis que se instituem universidades no Noroeste, no Sudoeste, absolutamente favorável. Agora, os autores das emendas que estão sendo apreciadas neste momento, sabem de que nada adianta se aprovar aqui emendas neste sentido, porque somente terão o objetivo concretizado à medida que encaminharem à organização regional, à negociação política, à pressão política, para que o projeto desagüe aqui neste Parlamento para ser aprovado.

Por isto manifesto, tenho certeza que o Governador Álvaro Dias também é favorável, mas ainda não amadureceram estes projetos. Por isto, não desagüaram aqui no Legislativo.

Mesmo sendo favorável quero dizer que não quero criar constrangimento ao Governador do Estado que nesta área envia dois projetos deste alcance social, mesmo sendo favorável às emendas, votarei contra, por entender que criaríamos uma perturbação ao Governador do Estado que teria que vetar estas emendas, sem dúvida nenhuma, porque nem foram previstas no Orçamento do Estado para o próximo ano, para dar sustentação à estas Universidades. Por isto peço aos autores da Emenda que compreendam isto e abram mão de apresentar uma emenda que certamente será vetada criando constrangimento ao Governador, junto ao estudantado, junto às comunidades daquela Região. E os Deputados sabem que não há falta de vontade do Senhor Governador, no sentido de dar satisfação positiva em atender estas reivindicações destas regiões que são merecedoras pelo que produzem e pelo que representam no Estado do Paraná.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para dizer ao Deputado Paulino José Delazeri e a todos os nossos companheiros de bancada, que a nossa intenção não é trazer transtorno ao Senhor Governador. A nossa intenção é provocar a discussão em torno da Universidade do Oeste paranaense. Sabemos o trabalho que tiveram os Deputados Sabino Campos, Paulino José Delazeri, Nelton Friedrich, os Deputados do Oeste, com relação à Universidade. Como também por parte do Deputado Rubens Bueno, com relação à estadualização da Faculdade de Campo Mourão. E eu vejo a necessidade então de gerar uma discussão, para que levemos à Umuarama e Universidade do Noroeste.

Nossa emenda não é para trazer transtorno ao Governador. Pelo contrário,

queremos trazer alegria para aqueles que precisam e merecem a Universidade de Umuarama.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, a Liderança do PDT que é um Partido que tem se notabilizado pela sua adesão à causa da educação voltada para a liberdade, sobretudo por ter entre os seus ideólogos a figura da envergadura do Professor Universitário, fundador da Universidade de Brasília, que é o Professor Darcy Ribeiro, só tem a se congratular com o Senhor Deputado Nilton Barbosa, com José Rogério de Carvalho, com Eduardo Baggio, com o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, pelas suas emendas propondo, cada qual para a sua cidade, e sua região a criação de Faculdades ou de Universidades regionais ou a estadualização das Fundações já existentes. Pelo seguinte motivo, Senhor Presidente e Senhores Deputados: o motivo luminoso de quem tem parte com a luz, não aceita as trevas e quando o Governador vem com a idéia de tornar o ensino universitário gratuito, começa-se a rasgar nos horizontes, o que há de espesso, de favorável à ignorância e às trevas. Então, têm os Senhores Deputados, embora possa parecer demagógica, toda a razão de apresentarem sugestões para criação de Universidades e estadualização das suas Faculdades regionais.

Eu me permitiria ainda ir mais adiante. O Paraná está a necessitar uma Universidade do Campo, uma Universidade da América Latina. Essa Universidade do Campo poderia funcionar no coração do Estado, na região de Guarapuava, por exemplo. Ela seria voltada especificamente para a biotecnologia, para o desenvolvimento das ciências e para o aperfeiçoamento da agricultura.

Ela seria voltada especificamente para que se deslumbrasse aqui no nosso território o que o Alvin Tofler preconiza no seu livro "A terceira onda". A chegada do futuro agora, as técnicas alternativas, a tecnologia apropriada ao homem. O Paraná também está necessitando de uma Universidade da América Latina.

Nós temos em Foz do Iguaçu, o cruzamento da identidade hispânica com a identidade lusitana. Não há porque não se criar em Foz do Iguaçu uma Universidade que valorize essa identidade latino-americana. No coração do território das Missões, no cruzamento dos caminhos da América espanhola com a América portuguesa, no espaço do contato do colonizador espanhol,

com os índios guaranis, na encruzilhada dos caminhos dos exploradores, como Dom Álvaro Nuñez - Cabeça de Vaca e ainda os bandeirantes portugueses, como o caminho índio do Peabiru, a criação de uma Universidade voltada para a latinidade, para o seu estudo, a exemplo, do que existe em Israel, na Cidade de Jerusalém, no Monte Scopus, onde se fez uma Universidade do judaísmo, voltada para o estudo da identidade cultural do povo hebreu e ainda estavam os judeus sem ter a realidade do Estado de Israel configurada, quando se fazia guerra dentro da cidade de Jerusalém dividida e já os sábios reunidos na Universidade do Monte Scopus, pregavam para a juventude, a idéia da identidade cultural.

O povo palestino também aprendeu a lição, para que não se coloque nenhum caráter faccioso no que eu estou falando. Notabilizam-se os palestinos de hoje, pela insistência com que dão o ensino universitário aos seus filhos.

Será que este Paraná, terra de passagem, que é quintal, mas não é celeiro, este Estado que vem de tantos aventureiros de diversos lugares, fazer aqui uma espécie de espoliação das nossas riquezas, mas para não deixar aqui sequear os seus ossos.

Será que este Paraná não está a carecer uma Universidade voltada para a sua identidade cultural? De maneira que, a sugestão dos Senhores Deputados, em favor da sabedoria, só coloca sobre o Palácio Iguaçu o risco de, pelo veto, ter pacto com as trevas.

Eu apoio as emendas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti e em seguida, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com todo o respeito, perdoe-me Deputado, eu já tinha pedido para encaminhar a votação. Pela reverência que tenho com o Líder Nestor Baptista e demais líderes como o PDT, do Partido da Frente Liberal, do PT, do PMDB, do PL, vim para cá com uma convicção, com a mente aberta, pois não sei falar muito difícil; expresse-me a minha maneira, no meu linguajar, mas vou tentar dizer que sou a favor por uma educação cada vez melhor neste País e também pela saúde e por uma melhor segurança. Estava comentando com o Deputado Raul Lopes, discutindo com o ilustre Parlamentar e com o Deputado Dirceu Manfrinato, os sonhos que a gente leva dentro de si, por exemplo, também de implantar-se uma Academia para a Polícia Militar no Norte do Paraná, Depu-

tado Raul Lopes, fazer uma Academia da Polícia Civil no Norte do Paraná, porque não meu Deus; porque não temos uma Academia da Polícia também no Oeste do Paraná, e outra na Região de Umuarama? Porque não possuímos uma central de abastecimento, em vez de trazer viaturas para serem consertadas aqui, quando se conserta lá, como tem a Polícia Militar na minha cidade, pois esta tem a sua central de abastecimento, não precisando vir buscar platinado não precisa vir buscar nada, só de gastar o dinheiro de vir do Sudoeste aqui, para reformar uma viatura Deputado Nereu Carlos Massignan, porque não reformamos uma viatura numa central de abastecimento lá?

Porque não temos uma faculdade, uma Universidade em Umuarama, mas somente há a de Londrina.

Senhores, se o Oeste do Paraná representado por ilustres Parlamentares nesta Casa, grandes Deputados do Oeste, firmam-se neste Parlamento, apesar de quererem denegrir esta Casa, afundá-la dizendo que aqui todo mundo é parasita, que ninguém trabalha e que não se faz nada; ora, se nós vivemos o dia inteiro sentados, analisando, levando propostas e idéias às Secretarias, ao governo, isso não é trabalhar, sendo que um Secretário de Estado ganha mais do que um Deputado Estadual? E que um Deputado Federal recebe mais que o Deputado Estadual, será que só nós é que não prestamos, e que levar idéias, querer trabalhar, fazer alguma coisa pelo Paraná, não se tem dignidade neste Estado? Todos os Senhores como eu disse hoje na televisão, os Deputados desta Casa, são honrados decentes; todos nós temos defeitos, mas temos as nossas qualidades, como disse o meu mestre Erondy Silvério que tem tantos anos de Parlamento se não me falha a memória agora pouco, que a honradez, o caráter do político aqui prevalece e tem um poema, perdoem-me se os Deputados eleitos por Curitiba, Algaci Túlio, Rafael Greca, se eu estiver errado, corrijam-me, mas tem um poema Deputado Erondy Silvério sobre um poeta que faleceu, Sidrônio Muralha, que se o caráter custar caro eu pago, pois eu pago o meu caráter.

Por isso, que eu estou aqui com idéias, com vontade de trabalhar de denunciar, de apurar o que a imprensa escreve, de trazer subsídios a minha cabeça para que eu possa levá-los com o coração aberto, com as minhas entranhas se for possível, também, aberta para o Governo do Estado do Paraná. Ora, que pecado há ao se debater por uma Universidade de Umuarama ou sobre o ensino gratuito neste Estado. O Governador Álvaro Dias, foi a palanque e me prometeu ensino gratuito por este motivo o parabenizo. Agora cria-se a Universidade do Oeste, parabenizo o meu Governador

Álvaro Dias e porque não concretizar para Umuarama, quando as minhas sobrinhas se formaram com a irmã do Deputado Dirceu Manfrinato, iam de carro, fazendo "vaquinha" para se dirigirem à cidade de Umuarama e o Senhor é testemunha disso. Hoje, tenho na minha família, médicos, advogados, odontólogos, todos formados, um em Maringá, outro em Londrina, outro no Estado de São Paulo.

Ora, por que não lutarmos por uma Universidade em Umuarama, Deputado Nereu Carlos Massignan por sua instalação em sua região? Por que não lutarmos por uma Universidade no litoral, Deputado Nestor Baptista, onde Vossa Excelência, com galhardia, com honradez e caráter, veio a esta Casa, mais uma vez, para defender não só o litoral do Paraná, mas também para defender a sua terra, que é o Paraná?

Por isso, Senhores, no meu linguajar, digo nesta tarde, ilustres Parlamentares deste Parlamento, de homens sérios, que querem trabalhar, dar sugestões para que nós possamos caminhar de encontro ao nosso grande destino, para um Paraná forte, humano e de trabalho! Espero que não nasça somente a Universidade de Umuarama mas sim, milhares neste Estado; que nasçam milhares de hospitais, neste Paraná, enfim, para que este seja grande, honrado e realmente forte.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nós gostaríamos de parabenizar a atitude e a intenção deste grande representante da região de Alto Piquiri, nosso colega, Deputado Nilton Barbosa, mas ao mesmo tempo, desejaríamos pela experiência que temos com relação à criação de Faculdades ou Universidades, sobre as dificuldades que nós encontramos ao criar uma em Cianorte, junto com a comunidade, e as lideranças políticas, quando procuramos desenvolver um trabalho melhor possível.

Nós conseguimos, inegavelmente, não posso deixar de agradecer ao Governador José Richa e ao então Governador do Paraná, na época Presidente do PMDB e Senador da República, o apoio que deram ao Município de Cianorte, criando a extensão da Universidade Estadual de Maringá.

Meu caro Deputado Nilton Barbosa, acho que todo o trabalho que um Parlamentar faz, relacionado ao ensino, procurando levá-lo mais perto à nossa juventude, é um trabalho que merece a nossa admiração, mas nós temos que entender onde este tem que ser feito numa hora propícia, onde haja recursos, não podendo ficar apenas no papel, enfrentando às realidades e por isso a criação de Faculdade, hoje, segundo levantamentos estatísticos, tanto a nível

estadual como federal, é inviável pela falta de recursos que existem, desde o Ministério da Educação.

Acho que o Governador Álvaro Dias tem avançado no setor de Educação, neste Estado, de grande forma, e está aí o reflexo, que sentem hoje os estudantes das Faculdades Estaduais, e das Universidades Estaduais.

Discordo do Deputado Antônio Costenaro Neto, quando disse que teria que ser cobrado o ensino pois acho que nós, do PMDB, junto ao Governo do Paraná, tentamos de todas as formas, aliviar a carga das despesas dos estudantes do Paraná.

Então, na verdade nós tivemos episódios, e oportunidades durante 20 anos atrás, quando o Paraná era contemplado com um Ministro da Educação, ex-Ministro Ney Braga, que ocupou durante tantos e tantos anos aquele Ministério, e não tiveram a mesma preocupação que tem hoje o Governador do Paraná, Álvaro Dias. E eu lhe faço um apelo, meu grande colega Deputado Nilton Barbosa, que retire essas emendas, pois sei que Vossa Excelência hoje, terá um encontro com o Governador do Paraná, e discutissem para adentrarmos com uma emenda no momento exato, a fim de criarmos realmente as Faculdades que o Paraná precisa. Mas, criarmos dentro de uma estrutura, para que não haja greve pela falta de dinheiro, porque são muitas dificuldades que as Faculdades passam pelo Paraná e pelo Brasil.

Criarmos estruturas e oferecermos à juventude do Paraná, escolas mais perto do terceiro grau, porque realmente o que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti falou aqui, com relação as dificuldades daqueles que se deslocam de ônibus, voltando tantas e tantas vezes altas horas da madrugada debaixo de temporal, com a família apreensiva e preocupada, entendo que isto nós temos que eliminar do Paraná, a curto prazo, dentro de uma programação e critério financeiro adequado.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar). Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós ouvimos atentamente todas as razões apresentadas pelos nobres companheiros Parlamentares desta Casa. Senhor Presidente, a Emenda de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, bem como outra emenda no mesmo sentido, do Deputado José Rogério Carvalho, realmente trarão despe-

sas ao Governo Estadual.

Mas Senhor Presidente, é uma emenda que apenas autoriza Sua Excelência, o Governador do Estado a criar sob forma de Fundação.

Vejam bem: se não houver recursos para o exercício de 1988, a matéria já estará autorizada por esta Casa, para 1989. Aí poderá haver preparação do Orçamento do Governo para o exercício vindouro, para a criação dessa Faculdade, dessa Universidade.

Nós, Senhor Presidente, que viajávamos todos os dias 200 quilômetros, para frequentar os bancos de uma Faculdade, entendemos perfeitamente o motivo que levou o nobre Parlamentar da Região de Alto Piquiri a fazer tal pedido. E também nada impede, como disse o Deputado Dirceu Manfrinato que se converse com o Governador, após esta Casa votar e autorizar a criação dessa Universidade. Não há impedimento algum porque há interesses de toda uma região em jogo e o Governador de todo o Paraná, certamente ficará sensibilizado pela proposta dos nobres Parlamentares do PMDB.

Como disse, nós estamos aqui para atender, ajudar e trabalhar em benefício do povo do Paraná. Por isso, Senhor Presidente, gostaria de declarar o meu voto favorável a essa emenda e à emenda do Deputado José Rogério Carvalho, que cria a Universidade da mesma forma, com sede no município de Pato Branco.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda ao Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho:

"Fica o Poder Executivo autorizado a criar sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Sudoeste, com sede no Município de Pato Branco".

Em discussão, em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela Ordem
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem. Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere.

O Senhor 1º Secretário procederá à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti). Procede à 1.ª Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

Procede à 2.ª Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 34 Senhores Deputados responderam à Chamada. A Mesa irá proceder à verificação de votação, a emenda de autoria do Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem- Senhor Presidente, consulto a Vossa Excelência, o resultado da votação da emenda proposta pelo Deputado Nilton Barbosa, haja vista que a maioria da Bancada da PMDB e a maioria da Casa se manifestou contrário à mesma e eu gostaria de saber o resultado que consta na matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa considera aprovada a mencionada emenda, de vez que nenhum dos Senhores Deputados é contrário, quando solicitou verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Ao contrário, Senhor Presidente, a manifestação da Bancada ao se levantar, foi a demonstração mais clara de que estava votando contra a emenda proposta pelo Deputado Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria vencida.

O SR. PAULO FURIATTI - Pela Ordem- Eu votei contra a emenda e faço questão que fique registrado, assim como todos que votaram contra, se manifestem novamente para que fique clara essa posição, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem. Gostaria de registrar meu voto contrário a emenda que cria a Universidade Estadual do Noroeste, com sede no Município de Umuarama, pois assim eu me manifestei na hora da votação.

O SR. SABINO CAMPOS -Pela Ordem- Eu também me manifestei contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o Regimento Interno, o artigo 152, diz o seguinte:

"É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa, simples declaração".

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Pela Ordem. Por uma fidelidade de manifestação de

Plenário, eu exijo que o Senhor coloque em votação novamente essa emenda, porque quem está invertendo o resultado da votação é a Mesa desta Casa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não pode exigir nada. Continua em votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Pela Ordem- Eu quero me manifestar também que eu votei contra a emenda, por escrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Para encaminhar a emenda. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Rogério Carvalho, está na fase de verificação de votação.

A Mesa vai proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Dezessete Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Dezessete Senhores Deputados rejeitam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Dezessete Senhores Deputados aprovam a emenda. Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Dezessete a dezessete.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Absolutamente, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Olha o Deputado José Alves aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede aos Senhores Deputados que mantenham a calma.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Nós estamos calmos, faz tempo Senhor Presidente, pedimos a Vossa Excelência para se acalmar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A 1.ª Secretaria informa, 17 a 17.
(Conversas paralelas):

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir, vai proceder à votação por Chamada Nominal.

Inicia-se a votação através da Chamada do Senhor 1º Secretário. Os que votam favorável, digam sim. Os que votam contrário digam não.

O SR. 1º Secretário- (Luiz Carlos Alborghetti).

Antônio Annibelli: a favor
 Eduardo Baggio:
 Ferrari Júnior:
 Anibal Khury:
 Lindolfo Júnior: a favor
 Vera Agibert: contra
 José Alves: contra
 Acyr Mezzadri: contra
 Alexandre Ceranto: a favor
 Algaci Túlio: a favor
 Amélia Hruschka:
 Antônio Barbara: a favor
 Antônio Belinati: a favor
 Antônio Costenaro Neto: a favor
 Artagão Mattos Leão: contra
 Basílio Zanusso: a favor
 Caíto Quintana:
 Cândido Bastos: contra
 David Cheriegate: a favor
 Dirceu Manfrinato: contra
 Djalma de Almeida César: contra
 José Domingos Scarpellini: contra
 Edmar Luiz Costa:
 Erondy Silvério:
 Ezequias Losso: a favor
 Gernote Kirinus: contra.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente,
 Senhores Deputados, quando se criou a Universidade do Oeste foi a partir de um estudo profundo, sério pelo qual se examinava a questão. O Executivo também assim o fez e não é apenas com papelucho de uma emenda que se cria a Universidade, porque Universidade é coisa séria, por isso sou contra Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti).
 Haroldo Rodrigues Ferreira:
 Hermas Brandão:
 Homero Oguido: contra
 Irondi Pugliesi: contra
 João Arruda: a favor
 José Afonso Júnior:
 José Felinto:
 José Rogério Carvalho:
 Lauro Lobo Ancântara: a favor
 Luiz Alberto Oliveira:
 Luiz Antonio Setti:
 Luiz Carlos Alborghetti: a favor
 Nelson Vasconcellos:
 Nereu Carlos Massignan: contra
 Nestor Baptista: contra
 Nilton Barbosa: a favor
 Orlando Pessuti: contra
 Paulino José Delazeri: contra
 Paulo Furiatti: contra
 Pedro Tonelli:
 Pirajá Ferreira:
 Quielse Crisóstomo da Silva:
 Rafael Greca: a favor
 Raul Lopes: contra
 Sabino Campos: contra
 Tadeu Lúcio Machado: a favor

Valderi Mendes Vilela: a favor
 Werner Wanderer:

O SR. 1º SECRETÁRIO - Luiz Carlos Alborghetti- Vou fazer a contagem pelo sim. Dezesete Senhores Deputados, responderam sim e pelo contra, 18 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Antes de Vossa Excelência pedir pela ordem, a Mesa dá como rejeitada a emenda. Tem a palavra pela ordem, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem- Eu gostaria de registrar que o mesmo resultado desta emenda do Deputado José Rogério Carvalho, é o mesmo resultado da emenda proposta pelo Deputado Nilton Barbosa. Apenas a Mesa numa tentativa, cujos motivos desconhecemos, fez uma inversão de resultado, quando na realidade a emenda foi rejeitada e a Mesa resolveu aprová-la. Voltamos a repetir, desconhecemos os motivos que levaram a Mesa assim proceder. Uma discussão simples de um assunto importante, é bom que se registre, votação nominal, há muito tempo não víamos nesta Casa. Mas desconhecemos também os motivos tomados para que isso acontecesse. Eu gostaria de lamentar, em nome da Liderança do Governo, o posicionamento, pouco usual, usado pela Mesa nesta tarde de hoje.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quero endossar as palavras do Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista e ao mesmo tempo pedir ao companheiro Deputado Nilton Barbosa, que, em uma próxima oportunidade, dê a entrada de um Projeto, pedindo a criação, porque eu pedirei ao Governador Álvaro Dias que vete esta emenda, uma vez que foi desconstruída com a maioria da Bancada do PMDB. Então, não há razão de existir uma Emenda que não foi votada e não foi reconhecida pela maioria. Ela não deixará de ser vetada pelo Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Trata-se de matéria vencida e a Mesa não vai admitir mais polêmicas em torno do assunto.

Em votação a Emenda nº 04, de autoria do Deputado Eduardo Baggio. Vai-se proceder de acordo com a votação anterior, através da chamada nominal. Versa sobre a criação da Faculdade Municipal de Ciências e Letras de Paranavaí.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti).
 Antônio Annibelli - a favor
 Eduardo Baggio -

Ferrari Júnior -
 Anibal Khury -
 Lindolfo Júnior - a favor
 José Alves - contra
 Vera Agibert - contra
 Acyr Mezzadri - contra
 Alexandre Ceranto -
 Algaci Túlio - a favor
 Amélia Hruschka -
 Antônio Bárbara - a favor
 Antônio Belinati - a favor
 Antônio Costenaro Neto - a favor
 Artagão Mattos Leão - contra
 Basílio Zanusso - a favor de Paranavaí
 Caíto Quintana -
 Cândido Bastos - contra
 David Cheriegate - a favor
 Dirceu Manfrinato - contra
 Djalma de Almeida César - contra
 Domingos Scarpellini - contra
 Edmar Luiz Costa -
 Erondy Silvério -
 Ezequias Losso - a favor
 Gernote Kirinus - Com a mesma seriedade e respeito às Universidades que devem ser criadas eu voto contra a emenda.
 Haroldo Rodrigues Ferreira
 Hermas Brandão -
 Homero Oguido - contra
 Irondi Pugliesi - contra
 João Arruda - a favor
 José Afonso Júnior -
 José Felinto -
 José Rogério Carvalho -
 Lauro Lobo Alcântara - contra
 Luiz Alberto Oliveira -
 Luiz Antonio Setti -
 Luiz Carlos Alborghetti - a favor
 Nelson Vasconcellos -
 Nereu Carlos Massignan - contra
 Nestor Baptista - contra
 Nilton Barbosa - a favor, Excelência.
 Orlando Pessuti - contra
 Paulino José Delazeri - contra
 Paulo Furiatti - contra
 Pedro Tonelli -
 Pirajá Ferreira -
 Quielse Crisóstomo da Silva - contra
 Rafael Greca - a favor
 Raul Lopes - contra
 Sabino Campos - contra
 Tadeu Lúcio Machado - a favor
 Valderi Mendes Vilela - a favor, Excelência.
 Werner Wanderer

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) Vou fazer a contagem dos Senhores Deputados.

15 Senhores Deputados disseram sim, e 20 (vinte) dos Senhores Deputados foram contra. Venceu o contra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) REJEITA DA A EMENDA.

Emenda em 3.ª Discussão, de autoria dos Deputados: Antônio Annibelli, Anibal Khury, Raul Lopes e Basílio Zanusso. Em discussão. Em votação a Emenda da Faculdade Estadual do Vale do Iguaçu em União da Vitória. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Apenas para orientação na minha desinformação, Senhor Presidente, gostaria de saber em que artigo do Regimento Interno se baseia a Presidência para determinar a votação nominal, haja vista que no tempo que temos aqui nesta Casa, temos observado quando há requerimento de Deputado que se encontra em Plenário e nunca notamos que a própria Mesa, através da Presidência, determinando a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa entende que a melhor maneira de se votar projeto e emendas polêmicas e já aconteceu em dois casos, Vossa Excelência não reclamou. Continua procedendo à chamada nominal para votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Mesmo não havendo dispositivo de regimento Interno, Senhor Presidente? (Conversas paralelas...)

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente ... (conversas paralelas...) Havendo dificuldade na conferência dos votos procedeu Vossa Excelência e a Mesa muito bem em determinar que as votações fossem por chamada nominal.

Desta forma e para que não haja dúvida da decisão da Mesa eu requeiro a Vossa Excelência e à Mesa que continue na votação dessa próxima emenda e de outros, se houver, com chamada nominal. Obrigado Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - Está certo. Tem o apoio do PDT.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para votação da Emenda n. 1, em 3.ª Discussão, que cria a Faculdade de União da Vitória.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar aos Senhores Deputados que parassem para pensar um minuto. Que, em União da Vitória, já existem Faculdades e que apenas esta nossa Emenda visa englobar as duas. Serão pagas pelo Governo e elas darão em contrapartida ao Governo do Estado, de acordo com o que conversamos hoje com o Secretário de Ensino Superior, cuja referência quanto ao patrimônio é muito maior do que o que o Go-

verno vai pagar pela gratuidade do ensino. Então era isso que eu queria fazer ver aos Senhores Deputados que, não é apenas contra ou a favor. É um patrimônio histórico de União da Vitória, que é berço da civilização do Paraná, ao lado de Paranaguá, de Curitiba, de Ponta Grossa, de Guarapuava. São Faculdades tradicionais. Este estudo existe na Secretaria de Ensino Superior.

E solicito aos nobres Pares que apenas estou aqui no Plenário, não Presidindo a sessão, para que prestássemos uma homenagem ao Deputado Anibal Khury que é filho de União da Vitória e que somos representantes daquela cidade.

A juventude espera que este Parlamento inteligente, que criou a Faculdade do Oeste e que estadualizou a Universidade de Campo Mourão, apenas una as Faculdades de União da Vitória em termos de Universidade.

Era este o apelo que gostaria de enfatizar aos meus Pares para que não pensem que é a favor ou é contra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, continuo reafirmando a disposição dos Senhores Deputados com as emendas apresentadas em Plenário, mas posso afirmar ao ilustre Deputado Antônio Annibelli que, eu não tenho conhecimento de nenhum estudo da Secretaria de 3º Grau do Paraná, uma vez que então se existe esse estudo, a Secretaria deveria ter, através do próprio Deputado, que é interessado na Emenda, encaminhado a todos os Deputados para que nós pudéssemos realmente estudá-la.

Então, eu quero já colocar esta posição para que não venham depois, dizer de nosso posicionamento contrário, apenas constar que nós não temos nada em estudo nas mãos.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, é para manifestar ainda mais uma vez a posição que também é do líder do PDT, mas sobretudo é pessoal, minha, no sentido de que as emendas autorizatórias em nada prejudicam o relacionamento da Bancada do Partido do Governo com o Palácio Iguaçu. Não pode também o ocupante ter a intenção, e acho que nem se dá ao Governador essa oportunidade de que o Vale do Rio Iguaçu seja o "vale dos ignorantes". Não há porque se unificar as duas Faculdades Estaduais da Cidade de União da Vitória. Eu me associo à emenda do nobre Deputado Antônio Annibelli, prestando ao mesmo tempo, uma homenagem a Sua Excelência que preside a sessão, inclusive, com a autoridade do testemunho de quem fez campanha de Oposição em União da Vitória,

tanto a Vossa Excelência como ao Deputado Antônio Annibelli.

No entanto, não se trata de ser contra os outros, mas sim de ter o povo junto de si, de buscar o bem e o futuro do Estado. E de mais a mais: autorizar a criação de Universidades é muito, mas muito melhor, do que outras autorizações que em diversas vezes este Parlamento tem lançado e tem permitido do Executivo. É um tempo novo que se abre aí. Não pode o Vale do Iguaçu se transformar no "vale dos ignorantes". Aliás, uma Universidade forte, ativa, aliaria condições de desenvolver muito bem os municípios que, ainda, hoje, padecem de flagrante infra-estrutura, alguns dos quais colocados mesmo em plena Idade Média. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal para a votação da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti)

Antônio Annibelli - A favor
Eduardo Baggio -
Ferrari Júnior -
Anibal Khury -
Lindolfo Júnior - a favor
Vera Agibert - A favor
José Alves - A favor
Acyr Mezzadri - Contra
Alexandre Ceranto -
Algaci Túlio - A favor
Amélia Hruschka -
Antônio Bárbara - A favor
Antônio Belinati - A favor
Antônio Costenaro Neto - A favor
Artagão Mattos Leão - Contra
Basílio Zanusso - A favor
Caíto Quintana -
Cândido Bastos - Contra
David Cheriegate - A favor
Dirceu Manfrinato - Contra
Djalma de Almeida César - Contra
Domingos Scarpellini - Contra
Edmar Luiz Costa -
Erondy Silvério -
Ezequias Losso - A favor
Gernote Kirinus - Contra
Haroldo Rodrigues Ferreira -
Hermas Brandão -
Homero Oguido - Contra
Ironi Pugliesi - Contra
João Arruda - A favor
José Afonso Júnior -
José Felinto -
José Rogério Carvalho -
Lauro Lobo Alcântara - Contra
Luiz Alberto Oliveira -
Luiz Antônio Setti -
Luiz Carlos Alborghetti - Sim
Nelson Vasconcellos -
Nereu Carlos Massignan - Contra

Nestor Baptista - Contra
 Nilton Barbosa - A favor
 Orlando Pessuti - Contra
 Paulino José Delazeri - Contra
 Paulo Furiatti - Contra
 Pedro Tonelli -
 Pirajá Ferreira -
 Quielse Crisóstomo - Contra
 Rafael Greca - A favor
 Raul Lopes - Contra
 Sabino Campos - Contra
 Tadeu Lúcio Machado - Sim
 Valderi Mendes Vilela - A favor
 Werner Wanderer -

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) Vou proceder à contagem, Senhores Deputados.

Dezessete (17) SIM;

Dezoito (18) NÃO. Rejeitada.

José Alves, eu já contei o nome, o voto dele, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) O Deputado José Alves já votou e inclusive pediu esclarecimento do voto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) Dezessete SIM e Dezoito CONTRA.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Este Deputado gostaria de requerer a Vossa Excelência Senhor Presidente, que faça distribuir nos Gabinetes dos Senhores Parlamentares o resultado dessas votações e o voto de cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa fará constar da Ata e não poderia ser...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - E, todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está rejeitada a Emenda. Votação do projeto. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 46/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina de Deputado ADALBERTO DAROS, a Sala da Comissão de Constituição e Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Executiva e C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 48/87, de autoria da Comissão e Constituição e Justiça, que autoriza a realização do plebiscito na área que especifica, no Município de Catanduvas, para que a população local decida sobre a criação do Mu-

nípio de Ibema. (Anexo o Projeto de Lei n.º 121/86, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI e EDGARD PIMENTAL). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de LINDOESTE. (Anexo Projeto de Lei n. 58/87, de autoria dos Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus). Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 69/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - (Mensagem n. 93/87 - ex-Proposição n. 081/87) que aprova o Termo de revigoramento e prorrogação de 24.04.87, de Convênio n. 011/86, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a aplicação de recursos na melhoria do sistema de transporte, hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba - Barra do Arara-pira, Barra do Superagüi, Ilhas das Peças, Superagüi, Rasa e outras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 70/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 92/87 - ex-Proposição n. 80/87) - que aprova o Convênio n. 18/86, de 12.12.86 e de seu termo de revigoramento e prorrogação de 24.08.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Rolândia, objetivando a execução de obras e reparos e melhorias no terminal rodoviário de passageiros daquele Município. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 71/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 79/87 ex-Proposição n. 73/87) - que aprova o Convênio celebrado em 10.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Rio Negro, objetivando a prestação de serviços de Socorro Público e Combate na Área do referido Município. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 072/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 73/87 ex-Proposição n. 71/87), que aprova os Convênios Celebrados em 10.04.87, entre o Estado do Paraná e Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação,

objetivando a elaboração e execução de projetos de irrigação, compreendendo levantamentos, estudos e projetos executivos, bem como a aquisição de equipamentos complementares, em áreas relacionadas do nosso Estado, definidas no Plano Operativo/87. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 073/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 88/87 - ex-Proposição n. 77/87) - que aprova o Convênio n. 7/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Matinhos, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação e drenagem da Rodovia Ligação - Trecho PR/412-Avenida Atlântica (Matinhos) numa extensão de 1,2 quilômetros. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 342/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 105/87), que objetiva incluir no texto do "Caput" do art. 1º da Lei n. 8.492, de 30.06.87. o vocábulo "Correntes". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Vera Agibert, e demais Senhores Deputados, constantes do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 342/87

Art. 1º - A Lei 8492, de 30 de junho de 1987 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital e correntes programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991.

§ 1º - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

§ 2º - O Poder Executivo realizará operações de crédito à conta e risco do Tesouro Nacional, conforme preceituado na Lei Federal nº 7.614, de 14 de julho de

1987".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.87.

(aa) ANIBAL KHURY, VERA AGIBERT,
TADEU LÚCIO MACHADO,
JOÃO ARRUDA e CÂNDIDO BASTOS.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, peço pela ordem, que seja enunciado tanto o "caput" do projeto, como a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da emenda substitutiva.

(É lida a emenda substitutiva - alteração da Lei nº 8.492, de 30.06.87.).

A Mesa retira a emenda, tendo em vista que o Senhor Deputado Líder do governo não está interessado na mesma.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Não sei porque Vossa Excelência se dirigiu à esta Liderança. Quem solicitou pela ordem, a leitura da emenda e do projeto, foi o Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto é de minha autoria, retiro a emenda e deixo a oportunidade a Vossa Excelência para apresentar quando desejar.

Está retirada a Emenda. Em votação o Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mensagem do Senhor Governador do Estado tem alguma relação com a proposta também de Vossa Excelência votada nesta Casa, há poucos dias, quando modificava a Lei também votada em março desta ano, autorizando a COPEL a contrair empréstimos de 700 milhões de dólares para construir Segredo e 100 milhões dos 700 para outras obras da COPEL.

Há poucos dias, esta Casa, votou uma solicitação do Senhor Governador alterando, fundamentalmente, a lei votada em março, passando a autorização legislativa pa-

ra, ao invés de 700 milhões de dólares para as obras da COPEL, transformaram-se em valores para pagamento de despesas com dívidas externas e internas, sem que se especificasse os valores remanescentes para as obras de Segredo e às outras, especialmente e de eletrificação rural que fazia menção Sua Excelência o Governador.

Agora o Senhor Governador pede mensagem para modificar a Lei, o artigo 1º da Lei nº 8.492, de 30 de junho de 1987. A Lei nº 8.492 autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar fiança, aval e outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos, destinados à entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, de forma a atender despesas programadas em atividades e projetos constantes de Orçamentos Anuais e Plurianuais: 1987 a 1991.

Pelo fato da mencionada autorização abranger tão somente despesas de capital, os recursos dela advindos terão campo de aplicação restrito até o título de despesas e conclui a mensagem e que assim sendo o plano de lei é submetido a esta Augusta Casa e visa a incluir no texto do "caput" do Artigo 1º da Lei n. 8.492 um vocábulo: "correntes", isto é, antes despesas de capital e agora, "correntes", quer dizer, o que esta Casa autorizou pela Lei nº 8.492 para que se tomasse empréstimo com responsabilidade e aval do Estado, para o cumprimento dos programas dos orçamentos anuais e plurianuais, durante todo o mandato do Senhor Álvaro Dias. Agora Sua Excelência deve mais uma vez alterar a Lei, sem dizer quanto em números, dizendo que não só para "investimentos" mas também poder-se-á a partir de agora, votada a lei, aplicar recursos de empréstimos para pagamento de pessoal e manutenção da máquina administrativa. Esta é a grande marca do Governo do PMDB que está desde 1982, a rolagem da dívida, aumentando a interna como a externa.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência, pelo menos eu não tinha um conhecimento profundo da sua emenda e desejaria, se a Mesa reconsiderasse, fizesse para nós uma explicação do que é a emenda e se ela é para o benefício do Paraná ou até mesmo sem explicação de Vossa Excelência.

Eu gostaria que Vossa Excelência reconsiderasse essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em respeito a solicitação do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato. O Deputado Anibal Khury restabelece a emenda. Reconsidera e vai proceder à leitura através do 1º Secretário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito a dispensa da leitura da emenda.

O SR. RAFAEL GRECA - Não, Senhor Presidente, eu solicito a leitura da emenda porque o Parlamento tem que ser informado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê a emenda).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Peço verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, eu declino do pedido de verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu também declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está votada a Emenda.

O Projeto irá à 3.^a Discussão, com o Substitutivo Geral.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 086/87, (Mensagem nº 58/87 e 98/87 - ex-Proposição nº 095/87) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova a intervenção do Poder Executivo no Município de Mallet, de acordo com os Decretos nº 865, de 09.07.87 e 1490, de 29.09.87, do Poder Executivo. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 254/87, de autoria do Poder Executivo - (Mensagem nº 95/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Terezinha do Itaipu, um imóvel constituído da área de 12.500 m², parte da área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição nº 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do cartório de registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 110, de 06.10.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 254/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental nº 95/87 e autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Terezinha de Itaipu, um imóvel constituído da área de 12.500 m², parte de área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição

nº 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

A medida se justifica, pois a referida área será utilizada pelo Município de Santa Terezinha do Itaipu para a implantação de um distrito industrial.

Não existe qualquer impedimento para o trâmite da matéria nesta Casa de Leis, tanto do ponto de vista constitucional, legal ou regimental.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 254/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 95/87, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Terezinha do Itaipu, um imóvel constituído da área de 12.500 m², parte de área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição Nº 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Analisando a proposição referida acima, concluímos que no que se refere a esta Comissão, nada há que impeça a normal tramitação da matéria por esta Casa.

Portanto, da mesma forma que a Douta Comissão de Constituição e Justiça, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 49/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste. (anexo o Projeto de Lei nº 133/87, de autoria dos Senhores Deputados, Antônio Annibelli, David Cheriegate, Gernote Kirinus e outros). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste.

"Começa às margens da BR-277, na nascente do Rio Butu, pelo qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161 - 162 e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37 atingindo aí o Rio São Francisco Falso Braço Norte, divisa dos lotes 3-5 da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco e por esta linha de divisa até a divisa dos lotes 2-4 da mesma Gleba, pela referida divisa até alcançar o Arroio vital Brasil, subindo por este pela sua margem esquerda até a divisa dos lotes 10-11 da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco, e por esta divisa até encontrar a estrada OT-338, seguindo por esta estrada até a divisa dos lotes 22-23 da Gleba nº 3 da Colônia São Francisco, seguindo pela linha divisória dos referidos lotes até alcançar o Rio Central, subindo por este Rio até a foz do Córrego separação, descendo por este Córrego até alcançar o Rio São Francisco, por este abaixo até a foz do Rio São Martin ou da Casa, por este acima até a sua nascente direita, de onde por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção à sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do córrego Gramadinho, e por este Córrego pela sua margem direita até a sua foz no Rio da Paz, descendo por este Rio pela sua margem direita até a foz do Córrego Mangabeira, e pelo Córrego Mangabeira, subindo pela sua margem esquerda até a foz do Córrego Mangava, e por este Córrego subindo até a Foz do Córrego Mussambinho, e por este Córrego até sua nascente do Córrego Branco ou São Lourenço, atravessando a PR-182 e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a sua Foz no Rio Gonçalves Dias e por este Rio acima até a Foz do Córrego Jumelo, e por este Córrego pela sua margem esquerda até sua nascente, de onde alcança a BR-277 pela qual segue em sentido Foz do Iguaçu até encontrar a cabeceira do Rio Butu; ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO
URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO
DE SANTA TEREZA DO OESTE

"Ao Norte, com o ponto de partida na Quadra nº 134, pela BR-277, em direção

Oeste até encontrar a Quadra nº 1; daí em direção Sul, pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este à Leste até encontrar a estrada que vai à Capanema; daí até a Quadra 224 em linha reta à Este, até a Quadra 227, por esta, em rumo Norte, até a Quadra nº 183; à Este novamente até a Quadra nº 213, partindo daí, em rumo Norte até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 133/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria dos nobres Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, tem por finalidade a criação do Município de Santa Tereza do Oeste, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade do mesmo nome.

Analisando o Projeto temos que o mesmo atende às documentações exigidas pela Lei Complementar nº 1/67, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, com Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final, dos projetos aprovados em 3ª Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, e das Proposições nº 040/87 e 047/87, propostas de emendas à Constituição Estadual. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 166/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Miguel Angel Henrique Espinosa, ocorrido no Município de Rolân-

dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Estanislau Schon, ocorrido no dia 21 de novembro do corrente ano, no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Alceu Zielonka, ocorrido no dia 23 de novembro do corrente ano, no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 001/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Alceu Zielonka, no Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Cel. Lott Garcês do Nascimento, ocorrido no dia 22 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Santa Cecília do Pavão, pela passagem do aniversário de sua emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Rancho Alegre, pela passagem do aniversário de sua emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio dos Senhores Deputados Nestor Baptista, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando passagens de ida e volta para o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, para o funcionário Wilmar José Gouveia, que irá representar o Paraná no 1º Campeonato Nacional de Natação dos Deficientes Físicos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à ASPAR - Associação de Pintores em Porcelana do Paraná, pela realização da I Bienal e V Exposição Nacional de Pintu-

ras em Porcelana do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio e expediente aos Senhores Ministros da Fazenda e da Agricultura, para que se viabilize o subsídio ao preço do leite com o objetivo de remunerar melhor o produtor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de São Jorge do Oeste, pela passagem do aniversário de sua emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o reexame pela Comissão de Constituição e Justiça, dos Projetos de Resolução nº 48, 50 e 49/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra terça-feira, dia 24, à hora regimetal, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 252/87 (Orçamento Programa de 1988).

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 236/87.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 342/87 e do Projeto de Resolução 86/87.

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei Complementar nº 101/87, 307/87 e do Projeto de Lei nº 254/87.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 152/86 e dos Projetos de Lei nº 117/83, 69/84, 236/86, 03, 026, 155 e 167/87.

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº 209, 215, 216, 272, 275, 281, 283, 288, 291, 293, 296, 297, 302, 303, 309, 318, 321, 327, 329 e 166/87.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 084/87

SÚMULA - Altera dispositivos da Proposição nº 117/84.

Art. 1º - A partir do exercício de 1988, o disposto no artigo 2º, da Proposição nº 117/84, corresponderá a 250 (duzentas e cinquenta) OTN, reajustadas mensalmente, permanecendo inalterados os demais dispositivos.

Art. 2º - Esta Proposição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(a) 12 Assinaturas Ilegíveis